

INTRODUÇÃO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO* (1955)

Prefácio • O processo do desenvolvimento
A divisão social do trabalho • O motor primário do desenvolvimento
As condições do planejamento • Posfácio

* Série de conferências pronunciadas em 1955 em atividades do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp). Primeira edição, Livraria Progresso, 1957. Segunda edição em livro: Bial, 1990. Rangel retoma, nessas conferências, aspectos da tese que defendera um ano antes na Cepal, também publicada nestas *Obras reunidas* com o título "O desenvolvimento econômico no Brasil". Mesmo assim, optamos por reproduzir os dois textos na íntegra.

*Aos queridos amigos
Maria da Conceição d'Incao
e José Márcio Rego.*

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO

Esta segunda edição, eu dedico a dois amigos muito queridos: a Maria da Conceição d'Incao, ilustre mestra de sociologia, que, à coisa de 15 anos me fez lembrar este opúsculo, quase esquecido, dizendo-me que, todos os anos, obrigava seus discípulos da Unesp, em Araraquara, a lê-lo. E a José Márcio Rego, da PUC de São Paulo, que, passados quase três lustros, esforçou-se por persuadir-me da utilidade desta reedição.

Preservei o texto original, com mínimos retoques, e acrescentei um posfácio, para o efeito de trazer um pouco a matéria para a hodierna problemática brasileira e mundial. Diferem imensamente o Brasil e o mundo de hoje do que eram em 1957. O Brasil era uma das formações mais prósperas do planeta, havendo saltado de um ciclo longo para outro, sem quebrar o impulso progressista, senão pelo efeito normal dos ciclos decenais endógenos. Com o Programa de Metas de JK, vivia a euforia da metassíntese dos “cinquenta anos em cinco”.

O mundo, vencido o primeiro decênio de reconstrução dos efeitos da mais destrutiva guerra da história, também vivia um clima de geral euforia, havendo esquecido quase a advertência de Dimitrov, de que outra vaga fascista, comparada com a qual o nipo-nazi-fascismo não passaria de um ensaio, estava na ordem natural das coisas. Acreditava-se que conflitos localizados — como os da Coréia, do Vietnã, do Oriente Médio — seriam possíveis, mas não uma Terceira Guerra Mundial, possivelmente nuclear e até mesmo final. Essa para a qual a humanidade está sendo pacientemente habituada, neste fim do quarto ciclo longo.

A partir de 1973 — pontualmente de acordo com as previsões de Kondratiev — abriu-se nova fase recessiva, que inverteu a conjuntura do primeiro quartel de século pós-bélico. No Brasil, em vez do otimístico Programa de Metas, estamos vivendo um rosário de “planos” recessivos, cada vez mais violentos e menos eficazes.

Que a leitura deste livrinho traga um pouco do ar fresco e da euforia daqueles tempos.

*Junho de 1990
Ignácio Rangel*

PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO

Este opúsculo reúne uma série de conferências pronunciadas em meados de 1955, sob os auspícios do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp), no auditório do edifício do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro. Representa, assim, apenas uma faceta do trabalho de interpretação da realidade brasileira a que nos entregávamos, então, os homens que nos havíamos reunido sob aquela sigla, para, entre outras coisas, editar a revista *Cadernos do Nosso Tempo*. É com prazer que relembro, ao prefaciá-las, minhas próprias conferências, os nomes de alguns dos companheiros de então: Rômulo Almeida, Alberto Guerreiro Ramos, Evaldo Correia Lima, Roland Corbisier, José Ribeiro de Lira, Fábio Breves e outros, agrupados em torno do brilhante talento de Hélio Jaguaribe, o secretário-geral do Ibesp.

Complemento natural deste trabalho é a série de palestras de Gilberto Paim, que breve virá à luz sob os auspícios do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), em que se tenta — ainda inconclusivamente, mas não sem êxito — provar historiograficamente as teses históricas aqui sustentadas. Com isso, de resto, não se esgota a contribuição de Paim, porque rememorando nossa já longa amizade, eu sinto dificuldades em separar o meu do teu.

Paralelamente ao meu próprio trabalho, encontra-se a já avultada obra de Guerreiro Ramos, no campo da sociologia. O intercâmbio intelectual entre mim e esse pensador maduro muito contribuiu para a formalização das intuições esparsas das quais parti. Graças a Guerreiro, o monólogo solitário converteu-se em diálogo — fato de capital importância, num país onde, em geral, ninguém acredita que o compatriota possa ter na cabeça alguma coisa de valor, porque todos estão voltados para o que se escreve no estrangeiro.

Não seria justo passar sem uma palavra de gratidão para a Comissão Econômica para América Latina (Cepal) e, em especial, para *don* Jorge Ahumada, diretor do curso de capacitação, em Santiago do Chile. Foi aí que fui metodicamente informado das modernas teorias sobre desenvolvimento econômico, e que encontrei também contradita sábia e fecunda, dessas que apuram o espírito e o animam a prosseguir. A polêmica que durou oito meses, em Santiago, em 1954, espalhou cinzas ainda quentes por estas páginas.

Mas este trabalho não é fruto de uma simples elucubração teórica. Ele responde a um desafio da prática, do cotidiano da industrialização do Brasil. Ora, essa prática não chegou ao autor sem cartão de visita, mas personalizada, sobretudo, em Jesus Soares Pereira, esse singular funcionário — é esse o seu título — a quem o Brasil não sabe o que deve, porque não o conhece. Se alguém escrever algum dia sua biografia, terá que passar em revista uma for-

te parcela das mudanças institucionais operadas nos últimos 20 anos, porque ele, muito provavelmente, estava presente quando elas se deram.

Especialmente por intermédio desses homens, as idéias aqui expostas se ligam ao porfiado labor que, no Brasil e na América Latina, em condições difíceis, busca uma explicação para o nosso processo e a definição de rumos. Através de outro temperamento, esse labor teria dado frutos diferentes e, eventualmente, melhores, mas isso não destrói as origens das idéias aqui expostas, que seria ridículo apresentar como fruto de um cérebro só.

A questão capital para a qual aqui se busca resposta é a seguinte: "Por que se desenvolve o Brasil?"

Numerosos espíritos de escol esterilizaram seu trabalho porque, desejando o desenvolvimento do país, não viram que este já o estava fazendo. Em conseqüência, lançaram-se à cata de soluções salvadoras ociosas, porque o país já se estava salvando a si mesmo. Ao invés do conhecimento do processo — condição para que possamos comandá-lo — parte-se em geral do suposto de que tudo vai mal e que é preciso intervir demiurgicamente para que comece a ir melhor.

Esta atitude é perigosa, porque, se não assentarmos a política desenvolvimentista nas forças em operação dentro do próprio sistema da economia nacional, teremos que assentá-la em forças estranhas, o que implica subordinar nosso desenvolvimento à boa vontade alheia. Ora, depois que nos pusermos a esperar a salvação de fora, não teremos mais olhos para ver as forças em jogo no interior e perderemos a possibilidade de usá-las como convém.

A experiência do último quartel de século prova que a economia está cheia de energias desconhecidas, cuja intervenção eventual subverte de alto a baixo o balanço de forças. Se conhecêssemos as possibilidades da substituição de importações, em 1929, não nos teríamos alarmado tanto com a crise mundial que, objetivamente, gerou nossa industrialização.

Outras forças latentes e por utilizar aí estão. A entrada em atividade dessas forças pode depender apenas de algumas medidas factíveis, mas essas medidas dependem em larga escala do conhecimento das forças latentes e do modo de utilizá-las, que acaso tenhamos. O desenvolvimento espontâneo, acidental, que tivemos nos últimos anos não é razão para que acreditemos que as circunstâncias sempre se ordenarão do melhor modo possível. No Brasil, como em todos os países, no mundo moderno, a ação do Estado pesa muitíssimo, e é natural que busquemos disciplinar e ordenar essa ação, dentro de um projeto coerente — de um plano — que nem sequer poderá ser concebido se não conhecermos a dinâmica do sistema, as forças em jogo.

Estamos agora assistindo ao aparecimento de um otimismo perigoso, porque pode gerar uma atitude de quietismo, de indiferença pelos problemas. Depois de, por tantos anos, ouvirmos a lamúria dos que acreditavam que o país estava permanentemente à beira do clássico abismo, ouvimos agora a cantiga embaladora dos que crêem que, ou o abismo não existe, ou o Brasil é maior que o abismo. Isto pode ser pretexto para omissão, para capitulação diante dos problemas, razão pela qual urge denunciar também essa atitude. Se não caímos no abismo, não foi porque este não existisse, nem porque fôssemos maiores que ele, mas porque, às tontas, por instinto, reagimos oportunamente. Nada nos autoriza a confiar cegamente em que sempre acharemos a melhor saída — nem sequer a dizer que as saídas que tomamos foram as melhores possíveis. Acresce que quanto mais avulta o papel do Estado, menos espontâneo e mais consciente deve ser o nosso comportamento.

Para fechar este prefácio cabe registrar aqui o penhorado agradecimento ao Magnífico Reitor da Universidade da Bahia, prof. Edgar Santos, e ao eminente Professor M. Pinto de Aguiar, que acharam valer à pena a publicação deste trabalho.

Salvador, outubro de 1957.

O Autor

O PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO

Não é fácil e pacífica a caracterização do processo do desenvolvimento econômico. Trata-se, como em todo fato histórico, de processo extremamente complexo, ao longo do qual tudo *muda* na vida social: a distribuição da população, as condições de trabalho e produção, a distribuição da riqueza social e seu modo de apropriação, a quantidade e qualidade do capital necessário ao processo produtivo, a técnica da produção. Paralelamente, *muda* também a cultura, isto é, a idéia que o homem faz de si mesmo e do mundo em que vive.

É absurdo pretendermos alcançar a compreensão do processo sem que o estudemos sob todos os seus ângulos, mas, por outro lado, quem pretendesse abarcar de uma só vez, de golpe, todo o panorama, em toda a sua infinita complexidade, estaria inevitavelmente condenado ao malogro. A realidade não pode ser apreendida pelo espírito senão por partes, gradativamente. Por isso é que o homem aprendeu a proceder metodicamente, primeiro pela análise no esforço de separar idealmente os diferentes aspectos da realidade

estudada, muito embora na prática esses aspectos estejam sempre reunidos e sejam inseparáveis; depois, pela síntese, quando, pela reunião dos aspectos idealmente separados, buscamos reconstituir o objeto estudado, o concreto, em toda a sua riqueza de detalhe.

EXPERIMENTAÇÃO E ABSTRAÇÃO. Tanto o trabalho de análise como o de síntese do físico ou do químico ficam consideravelmente facilitados pela possibilidade de experimentação que implica criar na prática aquilo que o economista só pode obter no espírito, isto é, o cumprimento aproximado da condição *coeteris paribus*. O laboratório permite ao químico estudar um detalhe do seu objeto, porque possibilita o isolamento de uma única mudança para efeito de observação. Podemos verificar como reage o ácido sulfúrico em presença do zinco, porque temos a possibilidade concreta de colocar o ácido sulfúrico em presença apenas desse metal, excluindo todos os demais corpos capazes de reagir com ele. Depois, sucessivamente, podemos colocar, seja o ácido sulfúrico, seja o zinco, na presença exclusiva de cada um dos demais corpos químicos, verificar em cada caso em que sentido a reação é modificada pela corrente elétrica, pelo calor ou pelo estado físico de cada um dos corpos, sem falarmos na ação catalítica. Finalmente, anotando cuidadosamente cada um desses comportamentos, saberemos quais são as propriedades químicas de ambos.

O trabalho do investigador científico dedicado ao estudo dos fenômenos sociais, entre os quais se classificam os econômicos, ao contrário, é prejudicado pelo fato de não ser possível obter na prática a exclusão de todos os incidentes, com o resultado de que nenhum fenômeno social jamais se apresenta realmente isolado. Embora queiramos estudar apenas determinado comportamento econômico de um grupo social qualquer, teremos sempre que nos conformar com proceder ao estudo em condições tais que, simultaneamente com uma transformação econômica, assistimos também a uma transformação política, jurídica, cultural, que, por uma espécie de ação catalítica ou de presença, empresta novo sentido e perturba o fato econômico. Por esse motivo é que a condição *coeteris paribus* tem que ser obtida tão-somente em virtude da força de abstração — qualidade essa que o homem jamais teria alcançado se não houvesse no seu campo de visão fenômenos susceptíveis de cumprir, na prática, a referida condição *coeteris paribus*, como acabamos de ver no caso da química. Foi por meio da experimentação, do trabalho de laboratório, que o homem alcançou a formulação das leis do pensamento, porque estas não passam de um reflexo das leis da coisa estudada, do mundo estranho ao pensamento. E foi, finalmente, por esse labo-

rioso caminho, pela aplicação das leis do pensamento — leis da lógica e da dialética — que o homem aprendeu a dispensar a própria experimentação, na medida em que, pela força da abstração, realiza no espírito a condição *coeteris paribus*, que antes não sabia perceber senão quando esta se cumpria no laboratório. À força de experimentar, portanto, aprendemos a antecipar o resultado da experimentação, com o resultado de penetrarmos no sentido das coisas, inclusive quando não podemos levá-las ao laboratório.

Este preâmbulo era necessário, porque, ao longo destas palestras, vamos recorrer muito à força de abstração. Mas procurarei simplificar a exposição, dando-lhe, em boa medida, certo caráter dogmático, porque é este o único meio de resumir uma experiência tão longa, não apenas minha, mas de tantos que, antes e ao mesmo tempo, estudaram este espinhoso assunto.

Evitarei, tanto quanto possível, as citações, mas não se creia que isso implique desejo de apresentar como meu aquilo que resulta do esforço ingente de tantos e tão valentes homens e mulheres. Valentes, digo bem, porque a economia é uma ciência social, uma ciência que estuda relações entre homens, campo de seu interesse, e, como é sabido, essas relações, que, normalmente, se exprimem por meio de conflitos entre homens, entre grupos, entre classes e entre nações, não raro esmagam sob seus antagonismos os atrevidos que se atiram à aventura de entendê-las. Fechando este parágrafo, diga-se apenas que, neste trabalho, minha contribuição pessoal, mesmo que fosse grande, não passaria de pequeno comentário de pé de página.

PLANO DE TRABALHO. Para orientação, darei a seguir o plano de trabalho a obedecer nestas palestras:

Na primeira — a de hoje — buscarei apenas bosquejar um quadro geral, antecipando conclusões para efeito da clareza da exposição.

Na segunda, estuda-se com certo pormenor o processo de desenvolvimento em sua forma mais geral, seguindo, como a um fio de Ariadne, o processo da divisão social do trabalho, sem atentar, senão na medida exigida pela coerência da exposição, para as causas imediatas, isto é, para o que podemos chamar de motor primário do desenvolvimento.

Na terceira, analisa-se esse motor — ou melhor, esses motores — porque, se o desenvolvimento econômico pode, em si mesmo, ser considerado fundamentalmente idêntico, onde quer que se apresente, sua natureza muda segundo sua causa imediata seja esta ou aquela.

Na última, baseados na definição do motor primário do desenvolvimento no Brasil, buscaremos indicar os meios essenciais de comando deste motor, isto é, propor certas bases para o planejamento econômico entre nós.

Ao longo de toda a exposição, teremos sempre presente o caso brasileiro, mas parece útil ir descrevendo, da forma mais sucinta possível, outros casos-tipo de desenvolvimento. Talvez consigamos, assim, uma visão panorâmica do problema, habilitando-nos a ver o que, no caso brasileiro, o aparenta com os demais, por um lado, e o que o singulariza, por outro.

Encerrando este preâmbulo, só resta pedir-vos que, com a atenção, se procure compensar as próprias deficiências do expositor, deficiências essas que, com toda justiça, podeis atribuir a outras, de fundo, isto é, de conhecimento do assunto que me aventuro a explicar. Quem sabe bem sua lição, geralmente está em condições de dá-la. Ora, temo fundadamente não saber bem ainda minha lição, mas meus companheiros do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política pensam, com certa razão, que não nos assiste o direito de esperar que todos os problemas teóricos estejam resolvidos, para só depois cuidarmos de divulgá-los. Quando alguém ensina alguma coisa, geralmente aprende também. Além disso, muitos de vós não viestes aqui para ouvir passivamente, mas para testar as idéias que já tendes sobre o assunto. Ora, a ciência avança através do conflito das idéias, e esse conflito não se pode estabelecer senão pela discussão, pelo debate.

Meu objetivo estará atingido se do conflito entre as idéias a serem expostas e as que já tendes — nalguns casos sem sabê-lo, como no clássico exemplo do escravo que se julgava inteiramente ignorante e a quem Sócrates provou que sabia matemática — surgir alguma coisa, algum progresso em nossa ciência econômica nacional, que não é senão a medida da compreensão que temos do nosso próprio desenvolvimento econômico.

RIQUEZA E RENDA. Se comparamos uma economia desenvolvida com uma não desenvolvida, vemos, em primeiro lugar, que a primeira é rica, isto é, dispõe de mais recursos para a satisfação das necessidades dos seus membros, e que a segunda é pobre, isto é, dispõe de menos recursos. Para usarmos a expressão corrente, a primeira tem alta renda *per capita* e a segunda tem baixa renda *per capita*.

Riqueza e pobreza são noções que não podem ser entendidas, se considerarmos apenas a sociedade humana. O modo como os homens distribuem entre si a riqueza social é um fato de natureza puramente sociológica — isto é, econômica — porque é algo que diz respeito às relações que mantêm entre si os homens, as classes e as nações, isto é, as partes constitutivas da sociedade humana. Mas a produção de riqueza é algo que não é puramente social, porque supõe relações entre a sociedade e algo estranho a ela, relações entre a sociedade e a natureza.

Assim, o fato de um homem ser mais rico do que outro é de natureza puramente econômica; mas o fato de a própria sociedade ser rica ou pobre extravasa os limites da economia porque se liga indissolavelmente à técnica, que se apóia nas ciências da natureza, física, química e biológica. Uma sociedade é pobre ou rica segundo é mais ou menos capaz de obrigar a natureza a fornecer o que é mister para a satisfação das necessidades humanas. A riqueza e a pobreza não exprimem senão a capacidade de um determinado grupo em satisfazer suas necessidades.

Detenhamo-nos um pouco mais neste ponto.

O fato de um homem, ou um grupo social, dispor de meios abundantes para extrair da natureza tudo o de que carece para que possa dar plena satisfação às suas necessidades tanto pode exprimir o poder desse homem, ou desse grupo, sobre a natureza, diretamente, como o que tem sobre outros homens ou grupos. Isso quer dizer que a riqueza do indivíduo tanto pode ser um fato de produção como de distribuição. Dito de outro modo, tanto pode exprimir certa medida de poder da sociedade sobre a natureza — fonte última de toda a riqueza — como, simplesmente, o modo de distribuição do produto social.

Diziam os antigos que, se o trabalho é o pai da riqueza, a terra, que simboliza a natureza, é sua mãe. Isto faz da produção um fato híbrido — meio social e extra-social. Inversamente, a distribuição é fato estritamente social.

O desenvolvimento econômico é algo que interessa primordialmente à produção, no sentido de que objeto é o aumento do poder do homem sobre a natureza, que se exprime pela quantidade de riqueza obtida. Mas, seria estulto tentarmos entendê-lo apenas como fato tecnológico, porque o desenvolvimento da técnica está estritamente relacionado com o modo pelo qual os homens se organizam para produzir e se apropriar do produto obtido, isto é, como o distribuem entre si.

PROCURA EFETIVA E FORÇAS PRODUTIVAS. É ilusão supor que a sociedade produz sempre tudo quanto pode. A quantidade da produção é limitada, externamente, pelo estado da técnica e do instrumental de trabalho; internamente, pela procura de bens, de produtos. Segue-se que, se no interior da economia não se gera, sob uma forma qualquer, adequado impulso para produzir, isto é, para usar as forças produtivas existentes, estas não se podem desenvolver, porque os homens não são induzidos a organizar-se do modo mais conveniente à aplicação da técnica existente.

Vejamos agora, em rápido esboço, como o modo pelo qual o homem se organiza para produzir interessa à quantidade de riqueza que pode produ-

zir, isto é, como o modo de produção interessa ao crescimento das forças produtivas. Nas próximas palestras tornaremos a esse assunto em seus principais ângulos.

O homem tem necessidade de alimentar-se, de morar, de vestir etc. Em sua forma elementar, essas necessidades são inerentes ao homem como ser vivo, isto é, como fato biológico, como parte da natureza. São, por isso, peculiares ao homem, onde quer que viva ele, qualquer que seja a sociedade de que é parte. Se considerarmos os bens, não por sua forma eventual, mas do ponto de vista das necessidades que são capazes de satisfazer, podemos concluir, generalizando, que o desenvolvimento econômico não afeta as coisas produzidas, mas o modo de produzi-las.

Um selvagem arranca a pele aos animais para vestir-se. O civilizado satisfaz a mesma necessidade tecendo fibras que obtém pelo cultivo do solo, ou pela elaboração, em fábricas especiais, de fibras artificiais, partindo de outros produtos primários.

Num caso, como noutro, o bem produzido é essencialmente o mesmo — uma roupa, um vestido — mas o modo de produção variou.

O caboclo do sertão árido do Nordeste brasileiro faz numerosas coisas partindo do couro cru — roupas, móveis, utensílios etc. O habitante das planícies úmidas, próprias para a agricultura, faz as mesmas coisas partindo de bens agrícolas primários. Em conseqüência, podemos distinguir, a uma légua de distância, um agricultor nordestino de um vaqueiro também nordestino, porque um se veste de couro e outro de algodão. Se os formos observar em suas casas, veremos que um *obtem* do feijão ou de animais cevados no quintal as proteínas de que seu organismo carece ao passo que o outro as *consegue* da carne de gado criado mais ou menos à solta. Mas, não obstante todas essas diferenças, não teremos dúvida alguma em afirmar que ambos são subdesenvolvidos.

Por outro lado, se compararmos o caboclo vaqueiro nordestino com um operário urbano, veremos que um e outro estão calçados e que esse calçado é de couro. A alpercata do vaqueiro é muito diferente, quanto à forma, do sapato do operário carioca ou paulista, mas já estamos prevenidos pelo exemplo anterior, onde comparamos o sertanejo com o agricultor litorâneo, de que essa diferença não é essencial para a definição do grau de desenvolvimento. Os hábitos, o tipo de habitação, de vestuário etc. do camponês da China são muito diferentes dos do camponês da Índia — o que se explica pelo clima, pela espécie de materiais que cada um encontra ao seu dispor etc. Mas ambos são, por igual, subdesenvolvidos.

DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO. Há entretanto, uma diferença decisiva entre a alpercata do vaqueiro nordestino e o sapato do operário carioca. Essa diferença se refere não ao calçado em si nem à necessidade que visa satisfazer, mas aos modos de produção de um e outro: nosso vaqueiro produziu, ele próprio, o boi que lhe deu o couro para a alpercata, por ter sido ele quem o criou, matou-o e tirou-lhe o couro, salgando e curtindo este como pôde, para depois cortá-lo e fazer a alpercata. Inversamente, o sapato que usa o operário não foi feito por ele, mas comprado com o salário ganho, suponhamos, numa fábrica de tecidos. Os sapatos, prontos para o uso, resultam: (1) do trabalho do vaqueiro que criou os bois; (2) do trabalho do curtidor; (3) do trabalho do ferroviário que transportou o couro curtido para a fábrica de calçados; (4) do trabalho do fabricante de calçados; (5) do trabalho do fabricante de equipamentos para o curtume, estrada de ferro e fábrica de calçados etc. Se examinarmos bem, quase não haverá ninguém neste país que não tenha contribuído de algum modo para produzir aquele par de sapatos.

Em resumo, podemos dizer que a diferença entre o par de sapatos do operário e a alpercata de couro cru do vaqueiro reside no fato de que o primeiro é obtido pela colaboração de inúmeras pessoas, que dividem entre si o trabalho, ao passo que o segundo resulta do esforço de um único indivíduo. O primeiro, o par de sapatos do operário, é um produto social, e o segundo, um produto individual.

DIVISÃO DO TRABALHO E RIQUEZA. Isto tem importância, do ponto de vista da determinação do nível da renda real *per capita*, isto é, da riqueza ou pobreza da sociedade, porque, como é notório, essa produção nas condições da divisão social do trabalho geralmente multiplica a produtividade, isto é, o poder da sociedade sobre a natureza. Sem divisão do trabalho, a sociedade fica adstrita à exploração de certa gama restrita de recursos naturais: não disporá de outra fonte de energia além da contida no sistema muscular dos homens e dos animais domésticos, isto é, não poderá pôr ao seu serviço a energia química do carvão, do petróleo, da lenha (que aproveitaria muito mal), nem a energia mecânica das quedas de água, nem, menos ainda, a energia atômica. Suas matérias-primas serão apenas as obteníveis no próprio local de trabalho, o que quer dizer que sua casa será de barro, se viver em zona de terreno argiloso, de palha e madeira, se viver em zona de floresta, de couro e de gelo se, como no caso dos esquimós, não dispuser de outros recursos naturais.

Mais importante ainda do que isso, ocorre que, sem divisão do trabalho, o homem, como artífice de mil ofícios, não será exímio em nenhum deles,

desperdiçará os materiais e o próprio tempo, produzirá objetos grosseiros e toscos. Finalmente, as máquinas não existiriam sem a divisão do trabalho, porque sua invenção está indissolúvelmente ligada à simplificação do trabalho de cada homem, isto é, a sua redução a uma série de movimentos simples e repetidos durante todo o dia.

A divisão social do trabalho é, portanto, condição para o desenvolvimento, porque é condição para que a sociedade em seu conjunto aumente seu poder sobre a natureza, para obrigá-la a fornecer os meios de satisfação das necessidades humanas. As possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas são muito restritas sem divisão do trabalho, e podem ser estudadas como função desta. Segue-se, portanto, que na introdução de um novo modo de produção, caracterizado pela divisão social do trabalho, reside a medula do processo de desenvolvimento, de modo que podemos distinguir prontamente se uma economia é desenvolvida ou não simplesmente observando o grau de divisão do trabalho. Em igualdade de condições o crescimento da riqueza, por onde começamos nosso estudo do desenvolvimento econômico, será tão intenso quanto mais rápido seja a substituição da produção individual pela social.

Aqui está, pois, o aspecto decisivo do processo, aquele em função do qual todos os demais devem ordenar-se. A distribuição da população entre os diversos setores da economia não é senão a expressão mais visível desse grau de divisão social do trabalho. A técnica, como vimos, está estreitamente relacionada com ele.

DIVISÃO DO TRABALHO E CAPITALIZAÇÃO. Por sua vez, a técnica não existe no abstrato, mas consubstanciada num aparelhamento específico — isto é, num capital — que é, ao mesmo tempo, efeito e causa da divisão do trabalho, porque se acumula como cristalização do aumento da produção resultante de anteriores passos no caminho dessa divisão e, por outro lado, condiciona a ulterior intensificação do processo de divisão. Sem meios de transporte, a divisão é impraticável, porque esta supõe movimentação de bens e pessoas; sem fábricas, dotadas de certo equipamento produtivo, ela não teria sentido, porque complicaria desnecessariamente o processo produtivo sem aumentar a produtividade ou aumentando-a em medida insuficiente para compensar os ônus resultantes daquela complicação. Ora, meios de transporte e fábricas representam um capital.

Na próxima palestra discute-se o problema do desenvolvimento pelo aspecto das mudanças implícitas no modo de produção. Examinaremos o papel que tem o intercâmbio nas modificações obrigatórias na estrutura da so-

cidade, assim como as decorrências culturais do processo. Veremos como, visto por este ângulo, o desenvolvimento econômico é a mesma coisa no Brasil, na China, na Inglaterra ou na Rússia.

CONDIÇÕES PARA A DIVISÃO DO TRABALHO. O segundo aspecto a considerar é a razão por que, em certas condições, tem início e prosseguimento o processo de divisão social do trabalho com todas as suas consequências tecnológicas, culturais e sociais — isto é, econômicas, jurídicas e políticas. É oportuno salientar desde logo que aqui não vamos encontrar a mesma uniformidade. O aumento da produtividade é, ao mesmo tempo, causa e efeito primários do desenvolvimento econômico, que resulta da divisão social do trabalho, mas, para que esta divisão tenha início e seguimento, fazem falta certas condições, que não são sempre as mesmas, nem estão sempre presentes. A razão está em que o impulso para o desenvolvimento tem origem, não no processo de produção — que, como vimos, é algo que põe em presença, como termos antagônicos, a sociedade e a natureza —, mas no processo de distribuição que é fato estritamente social, porque diz exclusivamente respeito às relações entre os homens.

Ora, ocorre que, ainda quando no campo da produção existem condições objetivas para aumento da produtividade pela intensificação do processo de divisão do trabalho e suas decorrências tecnológicas, as condições existentes no campo da distribuição do produto obtido só em certos casos são propícias a induzir e acelerar o processo de divisão.

A primeira dessas condições refere-se ao problema da capitalização, e é a melhor investigada entre nós. Para que a divisão do trabalho se faça, é indispensável — como já se viu — que se acumule certo capital — meios de transporte, fábricas etc. Sem meios de transporte a divisão é impossível, porque esta exige movimentação de coisas e homens; sem fábricas dotadas de certo equipamento para empregar a mão-de-obra transferida no processo da divisão, esta perde sua razão de ser. Ora, esse capital é um produto, algo que a sociedade obriga a natureza a fornecer-lhe e pode acontecer que o produto obtido não seja aplicado na criação do capital que é mister para dar emprego à mão-de-obra transferida, mas consumido ou deixado sem aplicação. Quando isto ocorre, o processo de desenvolvimento se interrompe.

Indicamos duas razões pelas quais pode interromper-se o processo de formação do capital: o fato de ser consumido improdutivamente todo o produto social e o fato de que a parte não consumida não seja aplicada produtivamente, isto é, incorporada ao capital social. Era hábito dos economistas antigos e é ainda muito corrente entre nós, supor, às vezes implicitamente, que só há

uma razão para que o processo de capitalização se interrompa: o consumo improdutivo de todo o produto social, donde as teorias de que o desenvolvimento deve ser acelerado por meio da compressão do consumo, na suposição de que assim se obterá, por diferença, um aumento das inversões.

A idéia de que não é possível que uma parte do produto obtido em dado período não seja consumida nem invertida tem sua origem numa ilusão estatístico-contábil: com efeito, o produto social é medido pela renda e esta reflete, de fato, a quantidade de produtos *que é vendida*. Ora, por uma característica ficção da contabilidade social, todo o produto vendido é escriturado, ou como inversão, ou como consumo, de modo que não resta nem pode restar nenhum produto, isto é, um produto que não seja nem consumo nem inversão.

É certo que, de quando em quando, aparecem casos especiais, como o do nosso café que foi queimado durante a Grande Depressão, a propósito do qual não é possível sustentar a sério aquela suposição. A destruição de café, aos olhos do leigo que não se sente preso às categorias ou conceitos de contabilidade, até por desconhecê-los, atesta irretorquivelmente que naqueles anos o Brasil, além do que consumiu e inverteu, produziu algo não consumido nem invertido, e em vão o contabilista social alegará ter sido aquela destruição uma forma de consumo ou de inversão, acenando vitoriosamente para os lançamentos feitos por ele próprio nos quais aqueles 80 milhões de sacas de café figuram efetivamente como consumidos ou invertidos. O bom senso do público leigo impede-o, teimosamente, de aceitar a explicação e contra isso não há nada que fazer.

SUPERPRODUÇÃO E SUBEMPREGO. Mas, na generalidade dos casos, o absurdo estatístico-contábil não é tão flagrante, porque os estoques não chegam a acumular-se a ponto de tornar-se imperativa sua destruição. O que acontece é que, quando os estoques de produtos acabados alcançam nível inconveniente, o fabricante despede mão-de-obra, deixa de comprar matérias-primas, combustíveis etc. e interrompe seus planos de ampliação do negócio, isto é, suas inversões. Com isso, em vez de apresentar-se a palpável realidade de um produto a ser forçosamente destruído, porque para ele não há aplicação possível, nem como consumo, nem como inversão, o que aparece são fábricas paradas e operários desempregados. O estatístico-contabilista sentir-se-á à vontade para afirmar a validade de suas ficções, porque poderá lançar o eventual aumento dos estoques de produtos sem saída à conta de inversão, fazendo de conta que o produtor os vendeu a si mesmo, na expectativa de ulterior revenda, ou venda no sentido estrito. O balanço social fe-

chará certo, de acordo com o que ensinam os compêndios, e o contabilista social poderá ignorar os fatores desempregados, porque não é sua função contabilizá-los.

É verdade que depois desses ajustamentos contábeis, o produto social terá diminuído, porque diminuiu também o montante dos pagamentos aos fatores empregados — e a renda nacional, que é igual à soma dos pagamentos aos fatores, é a medida usual do produto nacional. Mas, do novo produto, que é menor do que o anterior, poderemos afirmar tudo o que se afirmava deste. Também ele será igual ao consumo mais inversão. A diferença entre os dois produtos, correspondente à diminuição da renda nacional, representada por capacidade produtiva que era utilizada e deixou de sê-lo — instalações paradas, mão-de-obra desempregada etc. — essa diferença, como já se disse, não existe para o contabilista social, de modo que tampouco existe subprodução.

CAPITALIZAÇÃO E PROCURA EFETIVA. Essa flagrante contradição entre a teoria e a prática, evidenciada violentamente durante as últimas crises mundiais, está forçando o reexame do problema. Está cientificamente comprovada a possibilidade de não se criar procura suficiente para empregar plenamente as forças produtivas existentes, quando as pessoas que dispõem de poder de compra maior do que suas próprias necessidades de consumo não se sentem estimuladas a inverter. Numa economia monetária, o fato de alguém comprar menos do que vende significa que diminuiu a velocidade média de circulação da moeda e que, portanto, com o mesmo dinheiro, realiza-se uma renda menor. Esta tem, conseqüentemente, a capacidade de expandir-se ou contrair-se, segundo aumenta ou diminui o volume das compras.

Este é o modo como o problema se apresenta nas modernas condições, ou condições do capitalismo. Mas o estudo desse modo lança intensa luz sobre o mecanismo da formação do capital em quaisquer circunstâncias. Por isso tornaremos a ele, noutra comentário. Por ora nos deve bastar o fato elementar de que, para que prossiga a divisão do trabalho, com todas as suas conseqüências, duas condições devem ser satisfeitas: (a) que uma parte do que a sociedade é capaz de produzir não seja consumido na satisfação das necessidades correntes dos seus membros; (b) que a parte poupada seja efetivamente aplicada na incorporação de nova técnica, isto é, na formação de novo capital.

Essas condições não se satisfazem nem quando não se cria procura suficiente para o que a sociedade é capaz de produzir, nem quando não se tra-

duz por aplicações produtivas, nem quando as fábricas e os operários não têm emprego, nem quando trabalham para construir pirâmides.

Nas circunstâncias do regime capitalista, que são as que mais de perto nos interessam porque nosso desenvolvimento tem e, provavelmente, terá por muito tempo esse caráter, essas condições somente podem ser satisfeitas se os capitalistas — detentores que são da única parcela apreciável da renda nacional que ultrapassa sensivelmente as necessidades de consumo pessoal dos seus possuidores — por um lado, são estimulados a manter suas despesas em alto nível e, por outro, aplicam seus recursos na obtenção de produção intermédia.

PRODUÇÃO E CONSUMO. Aqui estamos introduzindo um conceito essencial para a compreensão do desenvolvimento econômico: a produção intermédia. Os produtos podem ser classificados em finais — quando se destinam diretamente à satisfação das necessidades humanas, ao consumo — e intermédios, quando são apenas um passo ou uma condição para que cheguemos à produção de bens finais ou bens de consumo. Todo o processo econômico pode ser reduzido a um único movimento circular: produção de mão-de-obra, que não é outra coisa senão o consumo, porque é consumido que os homens se produzem e reproduzem, isto é, que criam um fluxo constante de mão-de-obra, para subsequente utilização na produção de novos bens; consumo de mão-de-obra, que não é outra coisa senão a produção de bens para subsequente consumo humano e, portanto, para nova produção de mão-de-obra. Entretanto, nem todos os bens são diretamente aplicados à produção de mão-de-obra, isto é, ao consumo, no sentido estrito, uma vez que parte deles nunca chega, em sua forma física, à condição de bens de consumo. Como no caso das matérias-primas, dos combustíveis e do equipamento, eles desaparecem no interior do próprio processo produtivo. As matérias-primas chegam à condição de bens de consumo, mas somente depois de transformadas. Quanto aos combustíveis e ao equipamento, não chegam nunca.

Semelhantemente, nem toda a mão-de-obra é diretamente absorvida pela produção de bens, porque uma parte, e não pequena, é empregada na produção da própria mão-de-obra. É o caso do trabalho dos mestres, dos médicos e dos serviços produtivos em geral. Assim como a função da produção intermédia é possibilitar e aumentar a produção final de bens, podemos definir a função desse consumo intermédio — consumo porque se aplica à produção de mão-de-obra — como a de aumentar a quantidade e melhorar a qualidade da mão-de-obra que será finalmente absorvida pelo processo da produção.

O consumo e a produção intermédios são, portanto, condições para o aumento da produtividade social, de modo que os recursos destinados a um e outro são também condições para que a produção se faça e para que a produtividade aumente.

IMOBILIZAÇÃO DE RECURSOS. Ora, não é raro que os gastos em produção intermédia e em consumo intermédio representam uma imobilização, isto é, não resultem em imediato aumento da disponibilidade de bens e em imediata qualificação da mão-de-obra. Os recursos aplicados na construção de uma fábrica somente repercutem sobre a riqueza social em futuro mais ou menos afastado; igualmente, todos os recursos e trabalho aplicados em melhorar a qualificação da juventude de um país somente têm repercussão sobre a produtividade nacional no futuro quando os jovens abandonarem a escola e forem para o trabalho. Por esse motivo é que o desenvolvimento implica capitalização num amplo sentido.

Ora, dizia eu há pouco, para que o desenvolvimento possa prosseguir, é indispensável que os capitalistas — os detentores da parte decisiva da poupança social, que se pode exprimir como um excesso de renda em comparação com as necessidades pessoais do seu possuidor — não apenas gastem essa poupança, porque o contrário implicaria subutilização da capacidade produtiva da economia, como a gastem em produção intermédia — entendida aqui como produção e consumo intermédios — porque só assim aumentará a produtividade social. Se parte da poupança não é gasta, diminui a renda nacional, isto é, a utilização da capacidade produtiva da economia. Se é gasta, mas não em produção e consumo intermédios, orientados para atender às necessidades de economia em bens de produção e mão-de-obra, a capacidade produtiva é utilizada, mas não cresce. Não cresce a produtividade social quando um capitalista constrói para si um túmulo de faraós, mas somente quando pessoalmente constrói uma fábrica, que incorpora nova técnica, ou quando, diretamente ou pelos impostos que paga, custeia uma escola de engenharia.

Para que o desenvolvimento se faça, o capitalista deve ser induzido — por si ou pelo Estado — a imobilizar recursos em obras do tipo da fábrica e da escola de engenharia.

O MOTOR DO DESENVOLVIMENTO. Isso não ocorre sempre, pois para que o capitalista consinta em manter elevado o nível dos seus gastos — sem o que parte da capacidade de produção existente não se utilizará — e para que realize esses gastos do modo indicado, precisa descobrir um interesse pessoal

nisso. Só parcialmente será possível induzir o capitalista a expandir seus gastos — diretamente ou como contribuinte do Tesouro Nacional — acenando-lhe com a conveniência de aumentar o seu consumo, isto é, seu luxo. Só as inversões produtivas, isto é, produtivas do ponto de vista do capitalista, capazes de aumentar sua própria renda pessoal, costumam ter o condão de induzi-lo a elevar seus gastos. Como isso não ocorre sempre, o interesse permanente da sociedade em aumentar sua própria produtividade tanto pode ser servido por meio do interesse particular do capitalista como não.

Por esse motivo, o desenvolvimento nas condições do capitalismo fica subordinado às condições que eventualmente ponham de acordo o interesse pessoal do capitalista com o interesse social. Ora, o interesse do capitalista deve expressar-se seja por intermédio do preço do seu produto, seja mediante os custos em que incorre no processo de produção, de modo que é aí que devemos buscar o que há pouco se denominou de motor primário do desenvolvimento.

A função do capitalista como empresário, como chefe de indústria, consiste em combinar fatores de produção. Esses fatores podem ser classificados em dois grandes grupos: capital e trabalho. Alternadamente, o capitalista se confrontará com uma situação prática em que lhe é possível reduzir seus custos de produção por unidade de produto, seja reduzindo a participação do fator trabalho e aumentando a do fator capital, seja o inverso. Quando a primeira situação se apresenta, o empresário sente-se atraído a inverter, porque é invertendo que se aumenta a participação do fator capital; quando se apresenta a segunda, ao contrário, ele sente-se inclinado a aumentar a participação do fator trabalho, o que implica despesas correntes mas não inversão. Segue-se que sempre que o fator trabalho se torna relativamente mais barato do que o fator capital, *coeteris paribus*, isto é, desde que as demais circunstâncias não mudem, as inversões tendem a diminuir.

Mas, o capitalista pode ser induzido a aumentar simultaneamente o emprego de capital e de trabalho, o que evidentemente não se pode explicar por uma variação nos preços relativos dos fatores, isto é, do lado dos custos. Só uma elevação na procura — que costuma traduzir-se em elevação do preço unitário do seu produto atual ou eventual — pode ter esse efeito.

A descoberta do motor primário do desenvolvimento, em cada caso concreto, deve, pois, resultar da pesquisa de como, nas condições dominantes em cada país, o capitalista privado tem sido induzido a aumentar suas inversões. A pesquisa do motor primário do desenvolvimento econômico no Brasil será objeto de nossa terceira palestra. Será ponto de partida o fato notório de que nossa economia nasceu e cresceu como uma economia complementar de

outras e investigaremos como as mudanças nas relações entre nossa economia e aquelas das quais esta é complemento têm historicamente influído sobre nosso próprio desenvolvimento. Veremos como alternadamente somos chamados a vender mais ao estrangeiro e o tipo de desenvolvimento que isso implica; ou a vender menos — comprando menos, portanto — e o tipo de desenvolvimento que resulta.

POSSIBILIDADE DE PLANEJAMENTO. Finalmente, à luz desses fatos, procuramos determinar os pontos estratégicos da economia, aqueles cujo comando nos habilitará para certa medida de planejamento. Pôr-se-á em discussão o conceito corrente de planejamento entre nós e os papéis que desempenham as mudanças provocadas pelo Estado na procura global e na estrutura da procura. Não escondo que considero esta a parte mais difícil da tarefa que aceitei. Será o objeto da última palestra.

OS TRÊS STRATA INSTITUCIONAIS. Ao longo de toda a nossa discussão, espero que tenhais presente um fato essencial: que a economia brasileira não é um todo homogêneo. Podemos distinguir nela três estruturas superpostas, cada uma das quais submetidas a suas próprias leis específicas, como formações heteronômicas que são. É conceito comum a muitos dos estudiosos de nossa história e de nossa estrutura atual que uma viagem através do Brasil é como uma viagem através dos tempos. Encontramos aqui, lado a lado, formações socioeconômicas da mesma índole das contemporâneas nos países mais desenvolvidos e outras que não poderemos encontrar senão recuando no tempo.

Noutros termos, no Brasil, coexistem e se condicionam mutuamente a Idade Moderna e a Idade Média, sendo a primeira representada por duas estruturas distintas. Temos, assim, três formações superpostas, reagindo entre si duas a duas, a saber:

1. uma economia natural, caracterizada pela produção para o consumo do próprio produtor, exemplificada há pouco pela alpercata de couro cru do nosso sertanejo;
2. uma economia de mercado, no seio da qual domina um capitalismo que, apesar de todas as distorções, responde no fundamental às características do capitalismo europeu do século XIX;
3. uma economia capitalista de monopólio, nisso semelhante à do moderno capitalismo dos países mais avançados, mas que no Brasil tende a orientar-se para o capitalismo de Estado, sob a forma jurídica do serviço de utilidade pública, que domina no campo de comércio exterior,

isto é, onde nossa economia entra em contato com a economia mundial, e nos ramos da produção interna mais diretamente dependentes desse comércio.

INTERAÇÃO DOS TRÊS STRATA. Procuraremos mostrar como nosso desenvolvimento econômico pode ser entendido essencialmente como resultado da ação que a segunda formação exerce sobre a primeira, respondendo a estímulos partidos da terceira. Não é obrigatório que assim seja em todas as circunstâncias, mas assim tem sido e continuará provavelmente a ser por muito tempo.

A primeira formação, natural, ou melhor, seminatural, é aquela que, no momento, emprega a maior soma de população ativa do país em condições de uma produtividade muito baixa. O nosso desenvolvimento tem resultado, e provavelmente resultará cada vez mais no futuro previsível, da transferência dessa população para o nível da segunda formação, daquele onde domina o capitalismo privado — razão por que prognosticamos um prolongado desenvolvimento capitalista para o Brasil.

Dado que é no campo da segunda formação socioeconômica, no campo onde domina o capitalismo privado nacional, que se realiza o aumento da produtividade, mas essencialmente devido a estímulo gerado no nível exterior — onde se firma o capitalismo de Estado —, nosso desenvolvimento pode ser planejado em seus traços mais decisivos, porque o Estado está estrategicamente colocado, porque domina, por força dos próprios fatos, as alavancas decisivas de comando da economia.

Daí decorrem peculiaridades objetivas, absolutamente independentes da nossa vontade, para todo o nosso processo de desenvolvimento. O planejamento econômico não pode resultar senão de tomada de consciência das alternativas reais que a economia nos oferece.

A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

O objeto da presente palestra — tal como o antecipamos na anterior, que foi introdutória desta série — será definir as transformações por que passa o processo de produção, quando a economia se desenvolve, e pôr em evidência as causas últimas da elevação da produtividade. Em nossos próximos comentários investigaremos as causas dessas transformações, que são também as causas ou o motor primário do desenvolvimento.

O postulado que nos servirá de ponto de partida é de que o aumento da produtividade não basta para explicar o processo do desenvolvimento. Este

é conseqüência de certas transformações operadas no modo social de produção, mas só contemporaneamente começamos a buscar de modo deliberado essas transformações como meio de alcançar o aumento da produtividade, mesmo porque só agora está surgindo a possibilidade objetiva de provocá-las. Só agora o Estado, por toda parte, está assumindo o controle efetivo de certas alavancas de comando do processo econômico, sem o que o desenvolvimento não poderia ser coisa diferente do que foi no passado, isto é, fruto de uma confusa coincidência de circunstâncias, surgida sem que ninguém soubesse por que e, muitas vezes, contra o desejo expresso dos grupos dirigentes.

O liberalismo econômico foi, em suas origens, fruto e expressão dessa atitude de impotência do homem diante do drama do qual ele próprio era ator. Resultava da consciência de que, entregue a si mesma, a sociedade estava provocando no seu seio certas transformações que resultavam em aumento de produtividade, em enriquecimento e, portanto, em aumento do poder da nação. Convinha, pois, deixar que essas mudanças prosseguissem, que se evitasse qualquer intervenção capaz de interrompê-las. Daí o lema que se tornou clássico do *laissez faire, laissez passer*.

De passagem, acentuamos que era perfeitamente correta a atitude dos primitivos liberais. O Estado do seu tempo refletia, em geral, o domínio de classes ou grupos que se haviam tornado ricos nas condições que precederam ao desenvolvimento e cujos interesses eram, portanto, contrariados por este, que inevitavelmente impelia para as posições de riqueza e de mando outros grupos, outra classe. Em favor das antigas classes e grupos dominantes militava a inércia social, expressa em costumes tradicionais numa moralidade que refletia o comportamento mais conveniente nas anteriores condições de produção, mas que era hostil ao comportamento que o novo modo de produzir estava a exigir dos homens. O Estado era, pois, conservador, refletindo uma atitude espontânea de toda a sociedade. Ora, como observou o grande pensador italiano que foi Enrico Ferri, "todo mundo sabe que os revolucionários praticam reformas; que os reformadores costumam conservar o *status quo*; e que os conservadores recuam".

Uma intervenção levada a efeito por esse Estado, um Estado representativo de interesses que o desenvolvimento sacrificava irremissivelmente, não poderia, pois, ter outro sentido que o da paralisação desse desenvolvimento. Por isso era correta a posição dos liberais, que, na verdade, buscavam apenas impedir que a sociedade freasse o desenvolvimento econômico, que se estava fazendo por si mesmo.

SITUAÇÃO HISTÓRICA DO DESENVOLVIMENTO. Ainda um esclarecimento: através de toda a sua história, a humanidade vem aumentando continuamente seu poder sobre a natureza, isto é, sua produtividade. O selvagem que, pela primeira vez, amarrô um pedaço de sílex a um pau, para fazer um rudimentar machado, estava introduzindo uma importante inovação tecnológica. Havia desenvolvimento econômico nessa inovação.

Mas não é disso que cogitaremos aqui. A sociedade de onde arranca o processo do desenvolvimento que vamos estudar é algo de muito mais complexo que as primitivas tribos errantes. Através de muitos e muitos milênios, as tribos se guerrearam com o mesmo espírito com que hoje vamos à caça: para apresar o inimigo como fonte de alimento. Depois descobriram que se os prisioneiros de guerra fossem postos a trabalhar a terra ou a apascentar os rebanhos produziriam, além do alimento que era necessário ao seu próprio sustento, um excedente várias vezes superior ao que continham em seus próprios membros. Tinha início uma forma nova de organização do trabalho — a escravidão. Esta, com o correr do tempo, modificava a natureza dos homens, convertidos em escravos, no sentido de que os forçava a desaprender as habilidades essenciais ao selvagem — a arte da caça e da guerra. Em troca convertia-os em homens de um tipo especial: de nômades que eram, transformava-os em sedentários; de caçadores e guerreiros em inermes lavradores.

Esses lavradores sedentários, mesmo que fossem postos em liberdade, não retornariam às condições de vida do selvagem porque só sabiam ganhar o próprio pão lavrando a terra. Conseqüentemente quem dominasse a terra tinha-os seguros na mão, visto que podia obrigá-los a entregar, em troca do direito de lavrar um trato de terra, parte do produto que obtinham com seu próprio esforço. Esta foi a base real em que assentou o feudalismo, onde quer que se tenha estabelecido — na Europa como na Ásia. No Brasil, o feudalismo tomou a forma específica de latifúndio, tal como este chegou à década de 1930, quando tomou corpo o nosso atual processo de industrialização,

O latifúndio brasileiro distingue-se do feudo europeu ou asiático pelo fato de ser, ao contrário deste, uma empresa comercial, como já o fora antes a fazenda brasileira de escravos. Enquanto os barões europeus cobravam um tributo aos seus servos para atender diretamente às suas próprias necessidades de alimento, de moradia, de luxo, o latifundiário brasileiro apropriava-se desse tributo na intenção de vendê-lo, de auferir uma renda monetária. Mas o modo de organizar a produção dentro da fazenda era essencialmente o mesmo do feudo medieval, embora, muitas vezes, o tributo assumisse formas diferentes, isto é, se disfarçasse em lucro comercial ou industrial.

A PRODUÇÃO ANTES DO DESENVOLVIMENTO. Se observamos o modo de produção que corresponde a essa estrutura jurídica, vamos descobrir que só uma parte do tempo de trabalho e dos meios de produção ao dispor do camponês se aplica na produção de bens destinados ao mercado. Uma parte desses bens é entregue ao proprietário da terra — como aforamento ou como lucro comercial, pouco importa — e outra parte é vendida pelo próprio camponês. Da parte recebida pelo latifundiário uma parcela variável é vendida e outra consumida diretamente por ele. A parte que o latifundiário vende, assim como a parte que o próprio camponês vende, converte-se em “mercadoria” e dá origem a uma renda monetária. A parte que o camponês e o latifundiário consomem diretamente não é mercadoria e não resulta em renda monetária. Note-se bem: ao contrário do que ocorre numa economia monetária, onde a cada produto corresponde uma renda, razão pela qual ao medirmos a renda nacional estamos medindo o produto nacional, àquela parte do produto do meeiro, que ele próprio e o latifundiário consomem, não corresponde renda alguma, senão no sentido figurado.

Isso, quanto aos bens agrícolas propriamente ditos. As necessidades de exportação e do consumo das populações não agrícolas são satisfeitas pelas parcelas que o camponês e o latifundiário vendem. Essa é a parte que interessa às relações interindustriais, ao mercado. Mas resta considerar a outra parte, a que o latifundiário e o camponês consomem, e que as estatísticas do mercado não podem computar rigorosamente. Sabemos apenas que é importante, porque dela se alimentam, ainda hoje, pelo menos dois terços da população brasileira.

Mas não é só isso. Seria ridículo supor que o camponês maranhense satisfaz todas as suas necessidades de bens e serviços não agrícolas comprando tais bens e serviços com a renda monetária que auferes das suas escassas vendas de amêndoa de babaçu, de algodão e arroz. O homem da cidade, habituado a saber que os produtos agrícolas que as populações não agrícolas consomem — seja como alimento, seja como matéria-prima para as indústrias — provêm da agricultura, e não encontrando no mercado outros produtos que não os agrícolas com a mesma procedência, supõe, primariamente, que toda a nossa enorme população agrícola não faz outra coisa senão produzir bens agrícolas. Essa ilusão, perfeitamente justificável no cidadão ordinário, de escassa cultura econômica, é, entretanto, partilhada por muitos estatísticos e economistas, que tinham o dever de descer um pouco mais à natureza íntima dos fatos de cujo estudo são especialistas.

Todas as teorias correntes entre nós sobre a agricultura ignoram inteiramente, ou apenas lhes prestam uma atenção superficial, as atividades

não agrícolas de população agrícola. Quando muito, fazemos uma “imputação”, isto é, ao produto nacional que passa pelo mercado, que é objeto de compras e vendas, acrescentamos o valor de certa quantidade de produtos agrícolas que a população camponesa consome, atribuindo aos produtos não vendidos os preços dos idênticos ou apenas similares efetivamente vendidos.

PRODUÇÃO NATURAL E MERCANTIL. Não obstante, se pomos de parte as estatísticas oficiais e vamos observar o camponês em sua própria casa e em seu trabalho, vemos que não apenas os homens, que constituem o grosso da chamada população “ativa” do setor agrícola, mas também as mulheres, os anciãos e os adolescentes estão trabalhando ativamente. Que fazem eles?

Em primeiro lugar, como vimos, produzem bens agrícolas para o próprio consumo, para o consumo do latifundiário e para a venda às cidades e ao exterior. Mas essa atividade está muito longe de ocupar todo o tempo da família e os recursos de que esta dispõe. Além disso, a família camponesa produz a própria casa — de barro, de madeira, de palha ou de sapê, segundo os recursos naturais ao seu dispor. No Amazonas, faz também a canoa, que atende às suas necessidades de transporte; no Nordeste, cria um burro ou um cavalo, que serve ao mesmo fim. No Maranhão, tece a própria rede e, não raro, o pano de que se veste. Toda a confecção da roupa feminina e infantil e grande parte da roupa masculina — com pano de fabricação doméstica ou comprado — costuma ser doméstica. O arroz que consome é pilado em casa e a mandioca é convertida em farinha ou goma também em casa. Do couro cru ou rudimentarmente curtido saem roupas, utensílios domésticos e de trabalho, sapatos etc. Noutros lugares, as mesmas coisas saem da madeira, mas em todos os casos a confecção é doméstica. De raízes e folhas faz suas mezinhas, que são o equivalente camponês aos produtos farmacêuticos. E assim por diante.

Que porcentagem do tempo e dos recursos do camponês tomam todas essas atividades extra-agrícolas? Ninguém o sabe, mesmo porque varia constantemente, segundo as condições locais de produção e segundo a conjuntura econômica. Se aumenta a procura de bens agrícolas pela cidade e pelo comércio de exportação, aumenta também a renda monetária do camponês e, portanto, sua possibilidade de vestir-se com pano da fábrica ou curar-se com remédios de farmácia. Então o camponês redistribui seu tempo e seus recursos, abandonando provisoriamente as atividades domésticas correspondentes. Se diminui essa procura e, com ela, os preços, diminui a renda do camponês e, portanto, este retoma as atividades abandonadas no período

de alta conjuntura econômica. Mas não pode haver dúvida de que muito mais da metade do tempo de trabalho da população agrícola brasileira tem o destino dessa produção que jamais chega ao mercado, porque começa e acaba dentro da própria economia agrícola, dentro da fazenda ou da própria casa de família.

POSSIBILIDADE DE MEDIR A PRODUÇÃO NATURAL. Se quiséssemos ter uma idéia do valor do mercado dessa produção, poderíamos usar de um artifício: partiríamos da suposição de que o grau de satisfação das necessidades da família camponesa se aproxima do grau de satisfação das necessidades das camadas mais pobres do proletariado urbano. Essa suposição assenta no fato de que há um constante fluxo e refluxo de população entre as cidades e o campo, conforme a conjuntura econômica seja alta ou baixa. Quer isso dizer que os níveis de vida da massa camponesa e das camadas inferiores do proletariado são aproximadamente idênticos. Não conhecemos o valor dos bens e serviços que consome o camponês, porque só uma parte deles vai ao mercado. Conseqüentemente podemos calcular o valor aproximado dos bens e serviços que o camponês produz para seu próprio consumo, deduzindo do salário mínimo do operário o valor das vendas de bens agrícolas por parte do camponês, aos preços que lhe paga o comerciante rural feitos os necessários ajustamentos.

O cálculo não é fácil, mas não apresenta problemas insolúveis para um bom estatístico de modo que aí fica a sugestão. Para nossos fins, basta que aceitemos que, sendo a renda monetária por *família* camponesa (não por indivíduo, o que complicaria e falsearia a comparação) muito menor do que a renda real da *família* operária, o valor da produção autoconsumida pelo camponês é muito grande, relativamente ao da produção vendida, que origina sua renda. Não creio que menos de dois terços do tempo de trabalho total da população brasileira tenham outra aplicação senão essa produção natural. Nesse cômputo devemos considerar não apenas a produção para autoconsumo das famílias camponesas mas também o de parte importante da população urbana, especialmente as donas de casa, assunto a que voltaremos.

ATIVIDADES "MANUFATUREIRAS" DE AGRICULTURA. O característico das atividades não agrícolas da agricultura é o fato de resultarem, do ponto de vista das necessidades que satisfazem, na produção dos mesmos bens que, numa economia desenvolvida, saem de indústrias, de fábricas. A mulher camponesa que fia e tece parte do pano com o qual veste a família está fazendo exatamente o mesmo que a operária de uma fábrica de tecidos; a

adolescente que pila o arroz para a família faz exatamente o mesmo que a fábrica de beneficiamento desse cereal; o mutirão que resulta em produzir-se uma casa faz o mesmo que na cidade é objeto de indústria da construção civil etc.

Assim, como observei em nossa primeira palestra, o produto é o mesmo, não obstante as diferenças qualitativas, que refletem a técnica empregada. O que muda é o modo de produção. O pano que a família camponesa faz é um produto individual ou familiar, mas não social, ao passo que o que se fez na fábrica resulta de uma ampla divisão do trabalho, na qual está praticamente empenhada toda a economia nacional.

O modo de apropriação e distribuição do produto muda também de maneira radical: o produto familiar pertence à família, que o produz e consome ou aliena gratuitamente; o social poucas vezes é consumido pelo próprio produtor, que de ordinário o aliena onerosamente. Essa alienação, numa economia capitalista, se faz pela venda, o que supõe pagamentos em dinheiro e, portanto, a formação de uma renda monetária. O fluxo de mercadorias corresponde a um fluxo de renda de igual valor e em sentido oposto. A distribuição da mercadoria fica, pois, subordinada aos percalços da economia monetária, que tem sua própria dinâmica, ao passo que não existe nenhum problema de distribuição para o produto natural ou direto, porque geralmente o produtor e o consumidor são uma e a mesma pessoa.

Os compêndios usuais de economia exprimem esse fato dizendo que há duas espécies de produção: *direta*, quando o indivíduo ou a família obtêm, pelo seu trabalho, *diretamente*, o bem ou serviço de que carecem para satisfazer suas próprias necessidades; *indireta*, quando, embora necessitando da mercadoria A, não a produzem, preferindo produzir a mercadoria B ou C, para vendê-la ou trocá-la pela mercadoria A. Há apenas uma diferença de terminologia, porque a produção direta não é senão o que vimos chamando de produção natural ou individual, enquanto a produção indireta não é outra que não nossa produção social ou mercantil.

A diferença real entre o nosso ponto de vista e o dos compêndios está apenas em que nossas faculdades de economia ensinam que a produção direta só teve importância no passado — um passado longínquo, que não merece mais nenhuma atenção. Atualmente, dizem os professores e os compêndios, praticamente não há mais outra produção que não seja a indireta, a produção para o mercado. Só esta mereceria, na opinião extremada de alguns economistas, a qualificação de produção econômica. Segundo esse critério, a ciência econômica começa onde começa a troca e pode ignorar tudo o mais.

A EXCLUSÃO DA PRODUÇÃO NATURAL FALSEIA AS CONTAS NACIONAIS. Ora, detenhamo-nos um pouco nas conseqüências dessa atitude. Sustento, sem temer nenhuma contestação, que, na pior das hipóteses, metade — e veja-se que estou convencido de que dois terços seriam medida mais justa — do tempo aplicado com fins produtivos pela população de um país como o Brasil toma o caminho da produção direta ou natural, não da mercantil ou social. Mesmo numa grande cidade como o Rio de Janeiro, há, em cada família, pessoas que trabalham todo o dia — preparando os alimentos, confeccionando e lavando roupas, arrumando a casa etc. São centenas de milhares, só nesta cidade, e entre elas se encontram muitas das pessoas mais laboriosas da coletividade, as donas de casa. O produto do seu trabalho não conta, na mensuração do produto nacional, porque essas pessoas não ganham nenhum salário.

Por outro lado, embora em número menor, há famílias que não conservam em casa esses membros “inativos” — segundo aparece nas estatísticas oficiais. Vivem em hotéis, pagam seus alimentos, não pelo preço pago pela dona de casa tradicional. Pagam por preço mais elevado, porque já os recebem prontos e servidos, na mesa. Sua roupa é toda comprada feita, o que significa que seu preço é maior do que o pago pela dona de casa tradicional pelo pano, botões, linha e amortização da máquina de costura. A arrumação da peça que ocupam cabe a um empregado do hotel e tem um preço. Quer isso dizer que a família moderna recebe exatamente os mesmos bens e serviços que a família tradicional, mas por um preço muito mais elevado. Essa diferença de preço constitui o pagamento, a renda, das pessoas que prestam os serviços ou transformam as fazendas em roupa e os cereais e a carne em alimento pronto e servido. O cômputo do produto nacional tem que considerar o valor desses serviços e dessa elaboração, porque esse valor constitui a renda dos fatores empregados na indústria hoteleira, na indústria de confecção de roupas etc.

A “MELHOR ALTERNATIVA”. Que motivo terá uma família para abandonar o modo tradicional de viver, para morar em hotéis, onde quase não há oportunidade alguma para que seus membros recebam sem pagamento o que antes recebiam gratuitamente? — Naturalmente que há os casos em que as donas de casa querem apenas livrar-se de qualquer preocupação, optando pela vida indolente. Mas, outra resposta nos vem ao espírito, quando indagamos por que as operárias de certas fábricas deixam os filhos pequenos em creches e alimentam-se no refeitório do estabelecimento. Torna-se claro que assim o fazem porque a família terá sua renda efetiva aumentada se, em vez de ficarem em casa, as donas de casa saírem para fazer jus a um salário.

Noutros termos, o salário que ganha a operária de fábrica é mais do que suficiente para comprar para a família os mesmos bens e serviços que ela forneceria "gratuitamente" se continuasse na condição de "inativa", no injusto sentido usado em nossas estatísticas.

Traduzindo esta conclusão para a linguagem econômica corrente, diremos que, a certa altura e em certas circunstâncias, a família redistribui a aplicação dos seus recursos produtivos, seguindo o princípio da melhor alternativa. Descobre que estava aplicando mal seus próprios recursos, a saber, o tempo de trabalho dos seus membros adultos; que estava ocupando uma pessoa que podia ganhar 2.400 cruzeiros por mês numa fábrica na produção doméstica de serviços e bens que era possível comprar com apenas 1.000 cruzeiros. Como consequência, um trabalhador adulto é transferido da produção direta ou natural para a indireta ou mercantil.

A "RENDA EFETIVA" DA FAMÍLIA. Nas casas de família urbanas, o produto dos membros que ficam em casa está longe de ser o mais importante. Decisiva é a produção que toma a forma de renda dos membros que vão à fábrica ou ao escritório. Mas é claro que o que poderíamos chamar de renda efetiva da família é igual ao salário que ganham os membros ativos, no sentido estatístico corrente, mais o valor dos bens e serviços que a família poupa, porque a dona de casa os fornece diretamente, cuidando dos filhos, confeccionando roupa, preparando e servindo a comida. No exemplo anterior, da operária que, para poder trabalhar, paga a estada dos filhos pequenos na creche e alimenta-se num restaurante, pagando por isso 1.000 cruzeiros, a renda efetiva da família aumentou pela diferença, isto é, em 1.400 cruzeiros. Se supomos que o marido dessa operária ganhava 5.000 cruzeiros, a renda efetiva da família era igual a esses 5.000 cruzeiros, mais o que ela, como dona de casa, poupava, isto é, no nosso exemplo, 1.000 cruzeiros. Logo, a renda efetiva da família passou de 6.000 a 7.400 cruzeiros.

Nas casas de família rurais, especialmente num país subdesenvolvido, ou nas áreas mais atrasadas de qualquer país, ao contrário, a produção direta é muito mais importante que a indireta. Basta assinalar certos fatos óbvios: o operário urbano obtém o teto por meio da produção indireta, porque o aluguel tem que ser pago do seu salário, ao passo que o camponês satisfaz sua necessidade de moradia por intermédio da produção direta, porque é ele próprio quem constrói a choupana; o citadino recebe os alimentos já semi-elaborados — a carne pronta para ir para a panela, o arroz descascado, o pão já cozido etc. — ao passo que o camponês geralmente tem que sacrificar o animal, pilar o arroz e cozer o beiju, que é seu sucedâneo do pão; ainda quando o operário urbano não compre a roupa feita, pelo menos já recebe o

pano tecido, ao passo que não é raro que o camponês carde, fie e teça o algodão, para obter o pano.

Por aí se verifica que, nas condições de vida rural num país subdesenvolvido como o nosso, a produção direta ou natural é, sem comparação, a mais importante, do ponto de vista da família camponesa. A renda resultante da produção indireta — produto da venda de bens agrícolas pela família camponesa — é, muitas vezes, parcela mínima da renda *efetiva*, o que quer dizer que uma parcela enorme do recurso básico de que dispõe a família, isto é, sua força de trabalho, toma o caminho da produção direta.

POBREZA E PRODUÇÃO NATURAL. Nessas condições, não admira que o país seja pobre, porque o trabalho é muito pouco produtivo, quando aplicado à produção direta, por várias razões: primeiro, porque, como as necessidades do homem, por muito primitivo que seja, são variadas, a satisfação dessas necessidades pela via direta exige que a mesma pessoa seja o que se costuma chamar de oficial de mil ofícios — não sabendo fazer bem e depressa nenhuma das coisas a que se aplica. Desse modo, o homem é, necessariamente, mau agricultor, mau construtor civil, mau carpinteiro, mau tecelão, mau cozinheiro etc.

Em segundo lugar, porque, dedicando-se a tantas coisas ao mesmo tempo, não pode aperfeiçoar seu método de trabalho. As máquinas seriam inconcebíveis sem a especialização e esta supõe o abandono da produção individual pela produção social.

Ora, o que de ordinário chamamos de agricultura é precisamente um complexo de mil atividades. Quem quiser ter pálida idéia da complexidade das atividades implícitas na produção natural compare o trabalho de uma datilógrafa num escritório qualquer com o de uma dona de casa. Enquanto a primeira faz uma única coisa — tornando-se rapidamente exímia nela —, a outra ocupa todo o dia em fazer coisas diferentes, jamais dominando completamente a técnica em nenhuma de suas atividades, em particular. Leva dez vezes mais tempo em preparar a refeição de uma pessoa do que o cozinheiro de grande restaurante; 20 vezes mais tempo para confeccionar uma camisa do que o necessário numa fábrica moderna. Ora, comparativamente à atividade de uma família camponesa em região subdesenvolvida, a atividade da dona de casa urbana é a quintessência da especialização.

O "COMPLEXO RURAL". Não obstante, nenhum fenômeno econômico — muito menos o desenvolvimento econômico — pode ser compreendido, se não tomamos em consideração essa confusa atividade que os compêndios estudam sob o nome de agricultura e que, na realidade, como vimos, não é

tal. A agricultura propriamente dita não passa de uma das múltiplas atividades do *complexo rural*, como podemos denominar o conjunto de atividades a que se dedica o camponês de país subdesenvolvido.

A importância do complexo rural — e da forma residual que ele toma nas cidades, sob a vaga denominação de serviços domésticos — não reside naturalmente no valor das coisas que produz para consumo direto, porque, como vimos, o trabalho aí é fantásticamente improdutivo. Reside no fato, esse, sim, essencial, de que essas atividades extramercantis ocupam muito mais de metade da força de trabalho efetiva de uma nação subdesenvolvida. Segue-se que a economia de mercado não passa de leve crosta boiando em imenso oceano de força de trabalho à espera de melhor ocupação.

É coisa que me escapa como se pode pretender conhecer plenamente o sentido dos movimentos que têm lugar na economia de mercado sem considerar o que se passa nessa outra economia. Seria como se um geógrafo quisesse limitar o seu estudo à crosta terrestre, ignorando que a pouco mais de uma centena de quilômetros de profundidade começa o magma, um mundo de fogo, cujos movimentos fazem e desfazem os continentes e os oceanos, as montanhas e as planícies.

Todos os movimentos da economia de mercado, como veremos em nossa próxima palestra, podem resumir-se sob certo ponto de vista a aumento e diminuição do emprego de mão-de-obra, a permutas de mão-de-obra entre uma indústria e outra. Ora, como pretender que seja indiferente o que está fazendo e, eventualmente, pode fazer a imensa reserva de força de trabalho que as famílias — principalmente rurais — retêm em atividades alternativas das que constituem a indústria, na economia de mercado?

Sim, alternativas, porque quase todo o labor não agrícola da população agrícola é trabalho de elaboração de produtos primários, para adaptá-los ao consumo; ora, essa elaboração é também a função das indústrias urbanas, de modo que podemos afirmar que o desenvolvimento econômico resulta essencialmente do desligamento do complexo rural de uma atividade após outra: em vez da camponesa elaborando o algodão para convertê-lo em pano, com a ajuda de primitivos instrumentos manuais de madeira, teremos a operária fazendo exatamente a mesma coisa, só que muito melhor e com imensa economia de tempo, em fábricas modernas, comandando o equipamento semi-automático, tendendo para a total automatização. Este o sentido último do desenvolvimento.

As atividades não são irradiadas para fora do complexo rural ao mesmo tempo. A ordem do processo de especialização nada tem de acidental, uma vez que está rigorosamente condicionada aos progressos da técnica e estes, por sua vez, dependem da ordem em que se desenvolvem as ciências da na-

tureza: primeiro a mecânica, depois a física, a química, a biologia. Cada novo passo se apóia no anterior e o pressupõe. Assim se explica que a agricultura propriamente dita e a pecuária sejam as atividades predominantes da população rural. É que, sendo atividades que consistem no comando pelo homem de processos biológicos, são, naturalmente, as últimas a sofrer o impacto do progresso técnico e, em conseqüência, seus processos de produção permanecem empíricos e rotineiros por mais tempo que os demais. Por isso, também ficam entregues à parte mais atrasada da população.

A ABERTURA DO COMPLEXO RURAL. Cada vez que uma atividade abandona o âmbito do complexo rural, ocorrem dois fatos essenciais: muda o modo de produção na atividade irradiada, expelida para fora do complexo, e, ao mesmo tempo, simplifica-se o mesmo complexo.

Quando os camponeses deixam de fiar e tecer, por um lado, têm que aumentar sua produção de bens agrícolas, a fim de criar um excedente vendável, que corresponde às necessidades da população que abandona a agricultura para dedicar-se à fiação e tecelagem; e, por outro, reduzem o número das atividades a que antes se dedicavam. Se antes eram oficiais de mil ofícios, são agora oficiais de apenas 999 ofícios.

Dentre esses ofícios residuais do camponês, a agricultura, no sentido técnico do termo — de amanho da terra —, avulta em importância a cada novo passo no caminho do desenvolvimento, de modo que, a certa altura, torna-se a atividade dominante, tendendo gradualmente a constituir especialização industrial como outra qualquer. Quer isso dizer que a dissolução do complexo rural é condição para o aumento da produtividade, não apenas da mão-de-obra que emigra para fora do meio agrícola, como da que aí fica.

FORMAS DE TRANSIÇÃO. Nas etapas preliminares do desenvolvimento, a população que deixa a agricultura não se aplica totalmente à sua nova atividade, nem abandona as demais. Nas pequenas cidades do norte do Brasil, podemos ver como as famílias trabalhadoras conservam muito dos seus antigos hábitos rurais de produção. Detenhamo-nos um pouco neste aspecto do problema.

Para simplificar, suponhamos que o camponês anterior ao processo do desenvolvimento — tal como o podemos estudar na Idade Média européia, na China de hoje e também em certas regiões do Brasil — distribui seu tempo e seus recursos a cinco atividades diferentes, a saber: agricultura propriamente dita; produção do vestuário; móveis, utensílios etc.; habitação; vários. Também por simplificação, suponhamos que essas cinco atividades tomam cada uma um tempo igual ao camponês, isto é, 20% do tempo disponível total.

Graças aos progressos da técnica e à presença de certas condições econômicas, que serão objeto da próxima palestra desta série, desenvolve-se uma produção industrial de tecidos, dispensando assim o camponês de produzi-los para seu próprio consumo. De agora em diante produzirá certa quantidade suplementar de bens agrícolas e os trocará pelos tecidos de fabricação urbana. Suponhamos que a produção dos tecidos tomava metade do tempo que o camponês dedicava à satisfação de suas necessidades de vestuário, isto é, 10% do seu tempo total.

A criação da nova indústria, fora da agricultura, vai induzir o camponês a redistribuir seu tempo e seus recursos, aproximadamente como se segue (abstraindo os efeitos sobre a produtividade): 30% para a agricultura, sendo 20% para a satisfação das próprias necessidades ou produção natural e 10% para trocar por tecidos; 10% para a produção de vestuário, uma vez que não se trata mais de tecer o pano, mas apenas de confeccionar a roupa; quanto às demais atividades, permanecerão inalteradas.

Por sua vez, a parte da população agrícola emigrada — que podemos supor igual à metade da que ficou na agricultura — poderá obter todos os bens agrícolas de que carece por via indireta ou mercantil, isto é, vendendo tecidos aos camponeses. Sempre na suposição de que não houve aumento da produtividade, isso lhe tomará 20% do seu tempo, na produção de tecidos. Ainda na mesma indústria, será preciso dedicar mais outros 20% à satisfação de suas próprias necessidades de vestuário. Ao todo, pois, dedicará 40% do seu tempo à produção de vestuário. Quanto aos 60% restantes do tempo, irá dedicá-los, como dantes, à produção de móveis e utensílios, habitação e vários.

Em resumo, para uma parte da população, a atividade principal passou a ser a agricultura; para a outra, a atividade dominante é a produção de tecidos. Mas tanto uma parte quanto a outra necessitam reservar tempo e recursos para outras atividades, isto é, para converter o pano em roupa, para fazer a casa, mobiliá-la e cobrir necessidades várias. Quer isso dizer que ao complexo rural corresponde outro complexo produtivo urbano. Por isso é que nas pequenas cidades as atividades domésticas têm tanta importância. Só paulatinamente é que surgem outras especializações, que vão reduzindo a um mínimo tais atividades e orientando parcela cada vez maior da população para as atividades extradomésticas. As atividades domésticas urbanas não passam de resíduo do complexo rural. Cada novo passo no caminho do desenvolvimento é, portanto, avanço na redistribuição da população e na mudança de seu modo de vida. No início do processo estava uma unidade familiar e produtiva agrícola que se bastava a si mesma e no fim está uma

coletividade, na qual todas as unidades e todos os indivíduos são interdependentes, porque, sendo múltiplas as necessidades do homem, a especialização traz como conseqüência a interdependência de todos os indivíduos e de todas as unidades produtivas. Cada um consome o que milhões de outras pessoas produziram.

A ABERTURA DO COMPLEXO IMPLICA DESENVOLVIMENTO. No rudimentaríssimo modelo que esboçamos há pouco, havíamos abstraído o aumento da produtividade, entendendo-se esta, como é mister, no sentido de produção por unidade e trabalho. Mas é claro que seria mil vezes preferível conservar a sólida auto-suficiência da antiga unidade agrícola, isto é, não dissolver o complexo rural, evitando as incertezas desta produção social — na qual cada um de nós depende, para o atendimento das necessidades mais elementares, do que estejam fazendo pessoas inteiramente desconhecidas, às vezes a milhares de quilômetros de distância — se, como compensação, não houvesse a possibilidade de grande aumento na produção *per capita*, isto é, se todos e cada um não nos tornássemos mais ricos.

Ora, as possibilidades de aumento da produtividade implícitas no processo de divisão social do trabalho são virtualmente ilimitadas. É por isso que o processo de divisão social do trabalho é igualmente processo de desenvolvimento. Quanto às razões dessa vertical elevação da produtividade, já ficaram indicadas: a especialização, que desenvolve a habilidade do trabalhador e lhe permite fazer melhor e em menos tempo as mesmas coisas; a radical transformação do equipamento, que vem como conseqüência da mesma especialização.

Mas ficou dito, também, que esse aumento da produtividade, vista do ângulo individual, é efeito, não causa do desenvolvimento. Demoremo-nos um pouco mais neste assunto.

QUEM DECIDE A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO. Voltemos à dona de casa que podia optar entre suprir diretamente a sua família de certos bens e serviços ou trabalhar em fábrica ou em escritório, ganhando salário que lhe permitiria comprar os mesmos bens e serviços para sua família. Vimos que, quando descobriu que podia comprar com 1.000 cruzeiros o que estava fazendo em casa e que podia, numa fábrica, obter salário de 2.400 cruzeiros, optou pelo emprego, porque assim aumentava a renda efetiva da família.

Sua decisão assenta, pois, na comparação de duas ordens de valores — produção natural e produção para o mercado. Essa comparação tornou-se possível porque os mesmos bens e serviços podem ser obtidos pela família

por duas vias distintas. Esses bens e serviços fornecem, portanto, o denominador comum. Mas, observe-se que o ângulo do qual se faz a comparação é o da família — não o da sociedade. Quando esta última consentiu em pagar à família por certa unidade de tempo de trabalho uma quantidade de bens e serviços maior do que a quantidade que ela obteria diretamente, dos mesmos bens e serviços, pela aplicação daquele tempo de trabalho que antes reservava para aplicação direta.

Em conseqüência, a renda efetiva da família aumenta — no nosso exemplo, de 6.000 cruzeiros para 7.400 cruzeiros. Mas o produto nacional cresce mais do que isso. Com efeito, nas condições anteriores, só a família se beneficiava do produto obtido pela dona de casa, nos chamados serviços domésticos. Em sua nova aplicação, a dona de casa produz, com o mesmo tempo de trabalho, além de renda maior para a família, uma diferença que constitui o lucro da empresa que a emprega, do qual parte é deduzida para pagar os impostos, constituindo assim renda para o Estado.

Suponhamos que esse lucro e esses impostos somam 2.000 cruzeiros. Segue-se que em seu novo emprego a dona de casa, convertida em operária, produz agora 4.400 cruzeiros, em vez dos 1.000 cruzeiros primitivos, que representavam a poupança obtida pelo mesmo trabalho, no âmbito doméstico. A coletividade enriqueceu-se portanto, em 3.400 cruzeiros, enquanto a família só se enriqueceu em 1.400.

Daí se depreende que, ordinariamente, a economia nacional pode aumentar sua produção por efeito da simples transferência de uma unidade de trabalho do âmbito doméstico para o social. Não obstante, a empresa capitalista só consentirá em oferecer à família preço adequado por unidade de mão-de-obra, se com ela, além do excedente que paga à família, puder obter um segundo excedente, que consistirá em lucro da empresa e renda do Tesouro do Estado.

Conseqüentemente, a transferência da mão-de-obra do âmbito doméstico para o social depende de duas decisões distintas: primeiro a empresa capitalista deverá chegar à conclusão de que pode obter lucro adicional pelo emprego da unidade de mão-de-obra; em segundo lugar, a família julgará se o preço que a empresa lhe oferece pela unidade de mão-de-obra é, do seu ponto de vista, superior ao valor que, sob a forma de poupança de salário, a dona de casa obteria pela aplicação direta de sua força de trabalho.

A iniciativa deve partir, portanto, da sociedade, isto é, de fora da família. Generalizando mais ainda, direi que é no seio da economia de mercado que se gera o impulso para o desenvolvimento. Dentro dessa economia é que se devem criar condições tais que, consideradas do ponto de vista da empresa capitalista, tornem lucrativo o emprego de unidade adicional de mão-de-

obra. Uma vez criadas essas condições, a economia de mercado, sob a forma de salário determinado, que a família está continuamente avaliando em termos de poder aquisitivo de bens e serviços, fará sua proposta à economia natural, aí representada pela família.

Nossa próxima palestra versará sobre as condições que governam a tomada de decisão por parte da empresa na formulação de sua oferta, isto é, na fixação do salário real. Hoje cuidemos apenas de determinar como reage a família a essa oferta. Estudemos aqui o regateio entre a empresa e a família urbana, pela força de trabalho representada pela dona de casa. Mas, *mutatis mutandis*, o caso é o mesmo do ponto de vista da população agrícola, visto que, afinal, a família rural, em país subdesenvolvido, só se distingue da família urbana, porque o que na cidade chamamos de serviços domésticos — mera atividade produtiva suplementar, ancilar, da família — no campo é a atividade principal, e ocupa grande parte da mão-de-obra masculina.

A EMPRESA FIXA O SALÁRIO REAL; A FAMÍLIA O JULGA. Uma vez que a família — seja ela rural ou urbana — compara o salário real que a sociedade, por intermédio da empresa, lhe oferece com o produto que obteria pelo emprego direto de sua força de trabalho, para decidir qual o melhor emprego alternativo, do seu ponto de vista, sua decisão depende, em última instância, tanto da magnitude do salário oferecido, quanto do produto obtido pelo emprego direto do tempo de trabalho. Vimos que a magnitude do salário real é decidida no nível da empresa e, é claro, que a magnitude do produto direto alternativo se resolve no nível da família. Seria ilusório, entretanto, julgar que a sociedade é impotente para influir na magnitude desse produto alternativo familiar.

Suponhamos que certa família emprega um de seus membros na confecção de roupa branca para uso de toda ela. Essa mesma pessoa poderia ganhar, numa fábrica, o salário de 2.400 cruzeiros, dos quais devemos deduzir 1.000 cruzeiros correspondentes a despesas de transporte e aumento das despesas com vestuário, calçado e alimentação provocado pelo fato de essa pessoa trabalhar fora. Comparativamente à situação anterior, a renda líquida da família aumenta em 1.400 cruzeiros. Esse é o salário real com o qual a família vai comparar agora o produto obtido pelo emprego alternativo. Traduzido em termos de confecção de camisas, esse salário vale 20 camisas.

Ora, se aquela pessoa dispõe de máquina de costura, poderá, deduzida a depreciação desta, confeccionar o equivalente a 30 camisas, mas se tiver que costurar a mão, só poderá confeccionar 15. Segue-se, portanto, que, se a família dispõe de máquina de costura, exigirá salário mais alto do que se não dispuser dela, uma vez que, no primeiro caso, o salário representará renda

líquida menor que a poupança que a família pode realizar, se retiver aquela pessoa trabalhando nos chamados serviços domésticos, ao passo que a renda representada pelo salário líquido de 1.400 cruzeiros é maior do que a poupança obtida com o emprego de pessoa costurando à mão.

A FAMÍLIA FIXA A OFERTA DE MÃO-DE-OBRA. Generalizando esse exemplo e aplicando-o à família camponesa, podemos dizer que onde houver condições propícias à ampla produção para autoconsumo — como acontece nas regiões em que predomina a pequena propriedade — a família resistirá mais à libertação de mão-de-obra do que onde não se apresentarem tais condições. Conseqüentemente, o nível do salário — parâmetro decisivo da economia de mercado — será mais elevado num caso do que noutro.

NOS ESTADOS UNIDOS. A história do desenvolvimento econômico difere, em grande parte, de um país para outro, exatamente por esse motivo. Nos Estados Unidos, por exemplo, criou-se um tipo de propriedade agrícola extremamente favorável ao desenvolvimento da produção para autoconsumo da família: o *homestead*. Nas condições do *homestead* a família podia obter produtividade relativamente elevada em nível doméstico e, portanto, a empresa capitalista tinha que oferecer salário real elevado. Por sua vez, o preço do trabalho induzia o empresário capitalista a adotar medidas tendentes a poupar esse fator. Ora, como a poupança de trabalho está geralmente relacionada com um aumento do emprego do fator capital, o esquema funcionou no sentido de conservar em nível muito elevado as inversões, que são o modo específico de criar capital. Daí o inigualado ritmo de desenvolvimento dos Estados Unidos, na segunda metade do século XIX.

NA INGLATERRA. Na Inglaterra, a revolução industrial foi precedida da expropriação das pequenas propriedades camponesas. Reduzida a massa flutuante, trabalhando em terra estranha, a população camponesa não tinha ou perdera a possibilidade de organizar em boas bases a produção doméstica para autoconsumo. O nível de salário caiu verticalmente, aumentando o poder de competência da indústria inglesa no estrangeiro, mas o nível das inversões se manteve elevado porque havia outras circunstâncias exigindo a ampliação do emprego do fator capital.

REFORMA AGRÁRIA PRÉVIA OU CONCOMITANTE. Em todos os países já desenvolvidos, a industrialização trouxe sempre consigo reforma nas condições de produção reinantes na agricultura, às vezes no sentido de reforçar o poder de barganha do camponês — como quando a reforma agrária subs-

titui os grandes latifúndios por pequenas propriedades —, outras vezes por gradual transformação do latifúndio em grande empresa capitalista. No primeiro caso, a reforma agrária deve preceder à industrialização, ao passo que no segundo vem como conseqüência desta. De qualquer forma, porém, o que não é concebível é que a agricultura permaneça tal como era antes, isto é, combinando produção propriamente agrícola com atividades transformadoras que, em economia desenvolvida, se fazem em unidades especializadas, chamadas manufaturas ou fábricas. Conseqüentemente, a economia de mercado tem que obrigar a economia camponesa a ceder-lhe a mão-de-obra que ocupa nas *atividades não agrícolas*.

Em certos casos o estímulo às inversões independe do preço da mão-de-obra — como vimos a propósito da Inglaterra. Noutros, o preço da mão-de-obra pode baixar tanto, pela presença da superpopulação do campo, que o único meio de induzir o empresário capitalista a inverter é provocar elevação no preço da mão-de-obra. Neste último caso, a criação do tipo de propriedade agrícola propício à produção para autoconsumo, reduzindo o tempo que cada família camponesa dedica à produção para o mercado, provoca a reabsorção do excedente de mão-de-obra e, portanto, eleva o preço do fator trabalho. Reagindo contra a elevação nos seus custos, o empresário capitalista procura reduzir o emprego do fator trabalho e aumentar o emprego do fator capital. Ora, como o capital não passa de trabalho cristalizado, o esforço do capitalista para reduzir o emprego do fator trabalho se traduz em procura ainda maior desse fator. Por isso é que a inversão faz elevar o nível de emprego e força a transferência de mão-de-obra da economia natural para a de mercado, com o que — como vimos no caso da dona de casa que se converte em operária — aumenta a produção e, o que é mais importante, criam-se condições propícias para aumento maior ainda, uma vez que as condições sociais de produção são infinitamente mais propícias ao desenvolvimento da técnica do que as que pode oferecer a produção natural.

Na próxima palestra tornaremos a este assunto, situando-nos do ângulo oposto, isto é, da economia de mercado.

O MOTOR PRIMÁRIO DO DESENVOLVIMENTO

Retomemos um conceito formulado em nossa primeira palestra: a economia brasileira pode ser estudada como uma formação constituída de três *strata* ou camadas superpostas:

- (a) *a economia natural*, que foi objeto de nossa segunda palestra, caracterizada pelo que alguns economistas chamam de produção direta, ou produção para o consumo do próprio produtor;

- (b) *a economia de mercado*, onde predomina um capitalismo florescente, a qual se tornou, sem comparação, a peça fundamental de todo o sistema;
- (c) *o comércio exterior*, onde predominam relações capitalistas, mas de um tipo diferente, no sentido de que, por esse setor de nossa economia, somos parte da economia mundial, onde o capitalismo monopolizado disputa seu direito à vida ao socialismo, que, a esta altura, deixou de ser experiência, para afirmar-se como inegável sucesso.

A análise usual da estrutura da economia nacional somente se ocupa das relações intersetoriais (agricultura, manufatura, serviços, transporte, comércio, governo e comércio exterior ou setor “resto do mundo”) e interindustriais, isto é, do equilíbrio das diferentes atividades em que a divisão do trabalho decompôs o labor produtivo nacional.

Esse tipo de análise é necessário como um *primeiro passo* para entender o mecanismo da economia de mercado que, na presente descrição, corresponde aos *strata* “b” e “c”, mas carece de ser complementado por outro que: (a) estenda os horizontes até incorporar a economia natural e (b) permita considerar as diferenças da natureza institucional, visto que as mudanças nesse aspecto implicam profundas alterações na dinâmica do processo econômico.¹

O AUMENTO DA PRODUTIVIDADE. A economia natural — que predomina na agricultura, mas que sobrevive nos aglomerados urbanos sob a forma de pessoal numeroso, dedicado aos serviços domésticos, em cada família — nos interessa porque é o ponto de partida do desenvolvimento. Em condições naturais de produção está ocupada muito mais de metade de nossa população. Essa população, ao contrário do que supõem alguns dos nossos melhores economistas, raramente está de fato subempregada ou desempregada. Podemos mesmo afirmar que as donas de casa e a população rural, não obstante sua aparente inatividade, são um dos grupos mais laboriosos de nossa coletividade. Ocorre, porém, que, nas condições naturais, o traba-

1. “O erro capital dos economistas ingleses de princípios do século (XIX) (...) estava em que eles consideravam o homem como (...) uma quantidade constante, não se dando ao trabalho de estudar suas variações. Em consequência, atribuíram às forças da oferta e da procura uma ação muito mais regular e mecânica que a que em realidade possuem. Seu erro máximo consistiu em não ver com quanta facilidade mudam os costumes e as instituições da indústria. (...) Embora seja certo que atribuo uma universalidade elevada e transcendente ao esquema central do raciocínio econômico, não atribuo nenhuma universalidade aos dogmas econômicos. Não constituem corpo de verdade concreta, porém máquina para a descoberta da verdade concreta.” (Alfred Marshall, *The Present Position of Economics*, 1885)

lho, por muito que nos esforcemos, é lamentavelmente improdutivo. Ora, como, dadas certas condições, essa imensa força de trabalho pode ser gradualmente transferida para o setor mercantil da economia, onde sua produtividade se multiplica, como no evangélico milagre dos pães, é impossível compreender o mecanismo do desenvolvimento sem estudar essa prodigiosa reserva de força de trabalho e os modos como poderíamos pô-la em evidência.

OS MODOS DE TRANSFERÊNCIA. Há dois modos pelos quais podemos transferir mão-de-obra da economia natural para a economia de mercado, nas condições brasileiras:

1. Orientando uma parte maior do tempo de trabalho do lavrador para a produção de bens agrícolas, com destino, seja à exportação, seja à satisfação das necessidades em bens agrícolas da parte não agrícola da população nacional. Na medida em que o camponês vende bens agrícolas às cidades brasileiras ou ao resto do mundo, pode deles receber em pagamento certos bens e serviços que antes obtinha diretamente, isto é, pelo modo natural de produção. Assim, deixa de ser produtor isolado, uma espécie de Robinson Crusoe,² para se tornar parte integrante da vasta associação de produtores que dividem entre si o trabalho.
2. O segundo modo pelo qual se transfere força de trabalho da economia natural para a economia de mercado é a migração para as cidades, onde irá construir e tripular indústrias que substituirão o comércio exterior como fonte de suprimento de bens elaborados, não só para atender às necessidades da população camponesa, que supre as cidades de alimentos e matérias-primas, como para atender às necessidades crescentes da própria população não agrícola, em bens elaborados de consumo e, gradualmente, em bens de equipamento também.

COMÉRCIO EXTERIOR E FORMAS DE DESENVOLVIMENTO. Se a procura estrangeira de produtos agrícolas fosse infinita, não haveria nenhuma razão por que não nos desenvolvêssemos sem industrialização. Poderíamos, como até há algum tempo ocorreu com a Austrália, o Canadá, a Dinamarca

2. A obra dos economistas antigos está cheia de alusões a Robinson (o que Karl Marx chamava ironicamente de *robinsonadas*). Não por acidente, é claro, porque o Robinson de Swift tinha muito que ver com personagens da vida real que ele conheceu — o camponês mal saído da Idade Média — e, por sua vez, os fenômenos que aqueles economistas — inclusive ou principalmente Adam Smith — estudavam eram, em última instância, incidentes e decorrência da conversão daquele camponês no que chamamos de “homem moderno”.

etc., elevar consideravelmente nossa renda *per capita*, conservando nosso antigo estatuto de país agrícola. A agricultura, afinal, na medida em que — como acontece nos países mais desenvolvidos — é fonte de suprimentos para o mercado — seja este nacional ou estrangeiro — é uma “indústria” e torna-se capaz de alta eficiência técnica. Nossas fazendas de café são exemplo disso. Mas observe-se que a eficiência técnica só é possível quando o agricultor se converte em *especialista* do amanho do solo. Quando, ao contrário, só parte relativamente pequena do seu tempo é dedicada propriamente ao trabalho agrícola, e o restante vai para a obtenção de bens que, numa economia de mercado desenvolvida, se fazem em fábricas, em condições tecnológicas infinitamente superiores, a pobreza é companheira inseparável de tal agricultura.

O Brasil nasceu de certo número de feitorias espalhadas pela costa, as quais tinham por finalidade específica produzir bens para a exportação. Não havia virtualmente comércio entre essas feitorias como depois não haveria entre as fazendas de escravos que se converteram nas células da primitiva economia brasileira. Mas seria ilusório supor que todas as necessidades da população brasileira eram atendidas pela via da exportação, ou que a parcela atendida por essa via fosse constante. Em boa medida, o país exportava açúcar para poder comprar escravos, exatamente como agora enorme parcela de nossas importações é representada por equipamentos, combustíveis etc., isto é, *bens de produção*.

Ora, as necessidades humanas não se satisfazem com bens de produção — sejam eles *máquinas humanas* trazidas da África, ou *escravos mecânicos* mandados vir da Europa e dos Estados Unidos. A parte mais importante dos bens de consumo provinha e provém da produção nacional. Só que, há um século, essa produção era quase toda natural, isto é, obtida dentro da própria fazenda de escravos, ao passo que hoje considerável parcela é oriunda das indústrias, porque a divisão social do trabalho não cessa de progredir.

A VARIÁVEL ESTRATÉGICA. Os movimentos do comércio exterior são a variável estratégica de nossa economia. Se o resto do mundo aumenta seus pedidos de nossos produtos, distribuimos nosso tempo e nossos recursos em conseqüência, isto é, no sentido de aumentar nossa produção exportável. Para isso, sacrificamos as outras atividades, as atividades orientadas para o mercado interno, seja em bens de consumo ou de produção. Podemos fazê-lo porque, com o produto de nossas aumentadas vendas, nos é possível satisfazer uma parcela crescente de nossas necessidades pela via da importa-

ção de bens e serviços. Noutros termos, quando a procura externa de nossos produtos aumenta, *substituímos produção nacional por produção estrangeira*, em nossa cesta de consumo, seja este produtivo ou improdutivo.

Inversamente, quando a procura externa de nossos produtos diminui — comprimindo, portanto, nossa capacidade para importar — redistribuímos nosso tempo de trabalho e nossos recursos de produção no sentido de obter aqui mesmo certa quantidade do que antes importávamos. Nestes últimos 150 anos de nossa vida econômica — isto é, desde quando começamos a apresentar-nos ante o resto do mundo como unidade produtiva autônoma — podemos distinguir três grandes ciclos de transformação, sempre causados por movimentos no comércio exterior. Alternadamente, substituímos importações por produção nacional e vice-versa.

Quando se eleva a conjuntura do comércio exterior, voltamo-nos para a agricultura, porque somos um país exportador de bens agrícolas; quando baixa essa conjuntura, voltamo-nos para a elaboração dos bens primários, porque somos um país importador de produtos manufaturados ou elaborados.³

REALOCAÇÃO DE RECURSOS. O que distingue cada um desses ciclos dos outros dois é o modo como aumentamos a produção de bens agrícolas para a exportação, quando a conjuntura externa sobe, e como aumentamos a produção de bens elaborados, isto é, como intensificamos nossa atividade “manufatureira”, quando a conjuntura externa baixa.

NA FAZENDA DE ESCRAVOS. Tomemos uma fazenda de escravos com 1.000 trabalhadores ativos, entre escravos e população agregada livre ou semilivre. Desses 1.000 trabalhadores, suponhamos que 400 estejam aplicados aos labores propriamente agrícolas, enquanto os demais trabalham de ferreiros, de correeiros, de pedreiros, de tecelões ou nos chamados serviços domésticos. Noutros termos, a fazenda distribui seus recursos produtivos entre o *eito* e a *casa-grande*. O *eito* produz bens agrícolas e nas dependências da *casa-grande* se elaboram bens primários, transformando-os em bens acabados de consumo ou produção.

Suponhamos agora que sobe a conjuntura do comércio exterior. Aumenta a procura de bens de exportação — bens agrícolas — e, com a *procura*,

3. Gilberto Paim, numa série de conferências para o Ibesp, demonstrou a estreita correlação entre esses movimentos e os ciclos de Kondratiev, no século XIX.

elevam-se também os preços. Depois de algumas contas muito sumárias, o senhor decide que ganhará se transferir alguns trabalhadores da casa-grande para o eito, uma vez que poderá comprar quantidade maior dos mesmos bens ou serviços que eles prestavam, com o produto da venda dos bens agrícolas que eles poderão produzir. Noutros termos, *abre-se* o complexo rural, porque diminui a parte do produto destinada ao autoconsumo e aumenta a parte destinada à venda, ao mercado.

A distribuição dos recursos produtivos da fazenda modificou-se. Em vez de 400 escravos no eito e 600 na casa-grande e serviços anexos, temos agora 500 e 500 respectivamente. A fazenda, como um todo, enriqueceu-se com essa redistribuição dos recursos e, visto ser representativa da economia nacional, o país também se enriqueceu. Se baixa a conjuntura do comércio externo, tudo pode voltar ao que era antes.

IRREVERSIBILIDADE DO MOVIMENTO. Não obstante, ao cabo de certo tempo, toda a estrutura se ajusta às novas condições. O equipamento e as instalações com os quais antes trabalhava, nas dependências da casa-grande, o pessoal transferido para o eito deterioram-se e os próprios trabalhadores desaprendem suas antigas habilidades. Depois de certo período, a estrutura se torna rígida e dificilmente se acomodará a uma queda duradoura da conjuntura externa. Por outro lado, a economia nacional, tendo agora que escoar para o estrangeiro produção agrícola maior, desenvolveu suas vias de comunicação e criou aparelho comercial mais robusto que o dantes existente. No nível dos transportes e do comércio, surgem interesses poderosos que resistirão a uma tentativa de retorno às condições anteriores.

Dentro da fazenda de escravos houve apenas redistribuição de recursos já existentes. O único fator que teve seu emprego aumentado foi a terra, porque os 500 trabalhadores do eito lavrarão superfície maior do que os primitivos 400. Mas ocorre que a terra não tem preço, quando, em país como o Brasil, predominam as condições escravistas de produção. Só depois ela ganhará importância e só muito depois se converterá em mercadoria, isto é, terá preço.

Conclui-se, pois, que as transformações por que passou a fazenda para ajustar-se às novas condições não implicam aumento das despesas por parte do seu proprietário. Este, simplesmente, emprega de modo novo os fatores que já comandava e, em consequência, sua renda pessoal aumentará. Esse aumento da renda pessoal tem importância, como logo veremos. Mas, note-se que é fato posterior ao reajustamento da fazenda à nova conjuntura. Não pode ser sua causa, portanto, mas efeito.

EXPANDE-SE A ECONOMIA DE MERCADO. As transformações por que passa a economia fora do nível da fazenda são incomparavelmente mais importantes. Trata-se, como observei há pouco, de criar capacidade para transportar até a costa, armazenar, embarcar e vender quantidade maior de produtos. Para isso, urge construir meios de transporte, armazéns, instalações portuárias e acumular importante capital comercial. Tudo isso implica despesas, aumento do volume dos salários pagos na construção e tripulação das novas instalações, formação de importante renda monetária correspondente aos ordenados dos empregados e aos lucros dos patrões. As funções do governo se tornam mais complexas, uma vez que aumenta a circulação das mercadorias e a população se redistribui, porque em torno dos centros comerciais criam-se aglomerações urbanas. Paralelamente, pois, aumentam as despesas do governo. Finalmente, de posse de renda monetária aumentada, resultante do aumento das suas vendas ao exterior, as famílias senhoriais desenvolvem hábitos de ostentação e luxo, perdendo suas antigas virtudes rurais, e constroem, nas cidades, habitações luxuosas, com pessoal numeroso.

Tudo isso implica a criação de um princípio de mercado nacional. Dentro desse mercado desenvolve-se um capitalismo. A volta às condições anteriores significaria desfazer tudo isso. Ora, como esse retorno é impossível, porque os novos interesses estabelecidos defendem o *statu quo*, o processo de transformação da sociedade torna-se irreversível.

O processo que acabo de descrever não foi inventado. Resume o conjunto de transformações por que passou a economia brasileira nas décadas sexta, sétima, oitava e nona do século XIX. O meio século anterior havia trazido relativa diminuição do comércio exterior, tanto comparativamente à população, como ao nível de produção *per capita* efetiva do país. Em consequência, desenvolvera-se gradual processo de substituição de importações por produção nacional, no nível das fazendas. Estas se transformavam em verdadeiras autarcias, *oikos*, no sentido grego clássico do termo. Cresciam em tamanho e em complexidade. A abolição das leis de cereais na Inglaterra, por volta de 1844, dera forte impulso à procura de bens agrícolas estrangeiros. De 1850 em diante entramos em período de transição do regime dos déficits para o regime dos superávits no comércio exterior. Paralelamente desencadeou-se a série de transformações que descrevi há pouco.

DESAGREGA-SE A VELHA ESTRUTURA. Se fora fácil à fazenda de escravos ajustar-se às novas condições de produção, não lhe seria tão fácil acomodar-se a certas consequências da mudança. O instituto da escravidão entrou em crise. A transferência das famílias senhoriais para os centros urbanos reduzia

a importância da produção extra-agrícola da fazenda. A agricultura assumia seu império aí e a velha estrutura perdia sua razão de ser, porque perdia sua antiga auto-suficiência. Paralelamente, vivendo cada vez mais ausentes da fazenda, debilitava-se a autoridade dos senhores. Os escravos foram obtendo uma concessão atrás da outra, e as famílias senhoriais, cada vez mais carecidas de dinheiro, único modo de satisfazer suas necessidades nas novas condições de vida urbana, não lhes podiam resistir. Entre 1850 e 1870, a população escrava caía de 30% a 15% do total.

O NOVO COMPLEXO RURAL. Entregues a si mesmos, os escravos e os outros trabalhadores livres e semilivres da fazenda buscaram reconstituir sua primitiva auto-suficiência no nível familiar. Para isso não careciam de outra coisa senão de um pedaço de terra para lavrar, porque o novo complexo rural, que se desenvolvia no nível da família, tinha que assentar sobre a exploração permanente de um trato de terra, tal como o antigo.

As condições eram propícias à criação do novo complexo rural — ou, como alguns economistas preferem denominar, a agricultura de subsistência. O aumento de exportações e a expansão do mercado nacional ampliavam o papel da agricultura propriamente dita, em prejuízo das atividades extra-agrícolas da população agrícola. Urgia cortar o cordão umbilical que subordinava tanto escravos como agregados livres à fazenda, porque esta deixara de poder atender diretamente às necessidades extra-agrícolas da população laboriosa. Tal população tinha que tentar agora obter no nível familiar muitas coisas que antes recebia da fazenda. Repetia-se aqui a experiência clássica da transformação da vila romana em feudo medieval. O complexo rural restabelecia-se em condições feudais, isto é, latifundiárias.

Dissolvida, pois, a velha estrutura, a população laboriosa rural só dependia do senhor na medida em que ele era o proprietário da terra. O domínio da terra tornava-se o fator decisivo e não tardou que proprietários de terra, mas não de escravos, se pusessem a atrair para seus domínios a população livre, a escrava ou a liberta, sob a promessa de concessão de terras em troca de uma parte da produção. Era o regime da parceria e, com ele, uma nova fase que se abria para economia brasileira — a era do latifúndio, que chegou até nossos dias, assunto que voltaremos a estudar.

REALOCAÇÃO DE RECURSOS NA ECONOMIA DE MERCADO. O regime dos superávits no comércio exterior, cujo início podemos situar em meados do século XIX, não duraria eternamente. Vimos como a transformação que provocou na economia redistribuía a população, criando núcleos urbanos

populosos, de modo que modificavam os hábitos de consumo do país. Coisas que antes eram produzidas na casa-grande, tinham agora que ser importadas, porque não havia alternativa nacional, pelo menos no que tange à população urbana. A expansão dos meios de transporte, do aparelho comercial etc. supunha inversões e estas tinham que se traduzir parcialmente na importação de equipamento. Em resumo, a procura de bens estrangeiros cresceu mais rapidamente que a procura estrangeira dos nossos produtos, principalmente depois de terminada a Guerra de Secessão, quando os Estados Unidos voltaram, fortalecidos, ao mercado europeu de produtos agrícolas. Começava novo ciclo.

Com a compressão da capacidade para importar, relativamente à procura nacional de bens de importação, a economia nacional retomava o esforço interrompido em 1850, no sentido de substituir produção estrangeira por produção nacional. Parte desse esforço tinha lugar no campo, onde a população rural, reorganizada nas bases do latifúndio, buscava tenazmente a auto-suficiência. Outra parte, entretanto, fazia-se fora da agricultura, isto é, nas cidades, para o suprimento do recém-criado mercado interno. Depois das aventuras do *encilhamento*, esse esforço era repostado por Murinho em seus justos termos — se bem que muito contra a expectativa do grande ministro. Multiplicava-se o número de empresas, com a finalidade de suprir os mesmos bens que se obtinham primitivamente dentro da fazenda de escravos, e depois — certamente de uma qualidade muito superior — mediante as importações, enquanto a capacidade para importar o permitiu.

A comparação do censo incompleto de 1907 com o de 1920 nos revela um aspecto fundamental dessas empresas: eram, em sua generalidade, estabelecimentos de tamanho reduzido, usando um capital restrito. Quer isso dizer que supunham inversões relativamente pequenas. Como logo veremos, o tamanho das inversões é decisivo para a determinação da dinâmica do processo de industrialização.

EFEITO SOBRE A RENDA MONETÁRIA. O esforço compensatório da insuficiência da capacidade para importar, quando realizado fora do âmbito da agricultura — isto é, em nível social — mas em condições pré-capitalistas, ou seja, quando se exprime na criação de uma multidão de pequenos estabelecimentos de feição artesanal ou apenas manufatureiro, intensifica o processo de formação de renda monetária, se comparado com o mesmo esforço, caso realizado em âmbito agrícola, porque, como vimos há pouco, os ajustamentos da produção seminatural se fazem por simples redistribuição dos recursos produtivos.

Na primeira metade do século XIX, reagindo à diminuição da capacidade para importar do país, o senhor dos escravos simplesmente escolhia alguns dos negros do eito que revelassem mais inteligência e os mandava para a tenda de ferreiro, de carpinteiro, de correiro. O total dos pagamentos em dinheiro, isto é, a *renda monetária gerada dentro da economia*, não aumentava em conseqüência disso. Inversamente, quando um ferreiro ou um carpinteiro monta sua tenda independente, como ocorreu no Brasil, em grande escala, no princípio do século XIX, seus produtos são vendidos e, com a renda monetária obtida, ele compra os bens de consumo e equipamento de que carece. Noutros termos, amplia-se o âmbito das trocas comerciais.

Esse mercado, resultante do aparecimento de numerosos pequenos produtores independentes de mercadorias, é como terra adubada para o nascimento e expansão do capitalismo industrial que, historicamente, resulta do controle das atividades dos artesãos individuais pelo capital comercial. Ora, como assinei há pouco, os movimentos anteriores de economia haviam provocado o desenvolvimento desse capital comercial, a princípio relacionado com as atividades de exportação. Estava assentada a direção geral do movimento: o capital comercial controlaria as atividades dos artesãos independentes, os quais se converteriam em operários e, na medida em que se introduzisse um equipamento pesado, tomariam forma e vulto as fábricas capitalistas.

A expansão das trocas comerciais internacionais, especialmente na década de 1920, viria novamente dar prioridade à agricultura de exportação. Mais uma vez substituímos produtos manufaturados nacionais por produtos manufaturados estrangeiros, mas a deficiência da capacidade para importar tornava-se crônica. As consideráveis aplicações de recursos na expansão da lavoura de café não foram feitas à custa da mão-de-obra e do capital já aplicado na economia de mercado. Havia para a produção semi-artesanal e semicapitalista que restara do movimento anterior um mercado estável, protegido pela inelasticidade da procura externa de nossos produtos de exportação. Os recursos aplicados ao café e ao cacau provinham da chamada lavoura de subsistência, isto é, das atividades não agrícolas do setor agrícola. Isto ampliava mais ainda as potencialidades do mercado, porque, como vimos, a economia natural converte-se em economia de mercado tanto pela divisão nacional do trabalho entre a cidade e o campo, quanto pelo aumento das vendas de produtos agrícolas. Nos dois casos o indivíduo se integra na produção social.

Chegávamos, pois, ao crítico ano de 1929 com um mercado estruturado, com um capital comercial plenamente desenvolvido e já com alguma experiência industrial.

A CRISE DE 1929. Na verdade, nossa crise já começara antes da crise mundial e se exprimia pela formação de ponderáveis estoques sem saída de produtos de exportação, especialmente café. Mas os empréstimos externos e o uso das reservas do país mantiveram por algum tempo em nível elevado a capacidade para importar. Conseqüentemente, o mercado nacional estava razoavelmente suprido, mascarando-se a situação. Foi com a crise que a situação se mostrou em toda a sua gravidade.

A capacidade para importar cairia a um terço exigindo esforço de substituição de importações. Se prevalecessem ainda as condições de um século antes, essa substituição tomaria a forma de uma diversificação das atividades no nível da fazenda; se reinassem as condições de duas décadas antes, esse mesmo esforço teria tomado a forma da multiplicação das tendas de ferreiro, de carpinteiro, de alfaiate, de tecelão etc., alimentando o mercado, mas sem expandir demasiado a formação da renda monetária porque exigiam pequenas inversões. Faríamos, enfim, o que, no essencial, está fazendo hoje em dia a economia chilena, onde a expansão da renda é mais aparente do que real, porque exprime essencialmente a desvalorização do peso.

Mas estávamos em 1930. A substituição de importações não apenas tinha que se fazer no nível da economia de mercado; tudo a impelia, também, a operar-se em condições capitalistas. Noutros termos, o esforço de substituição de importações tinha que implicar forte aumento das inversões, expressas estas em pagamentos de mão-de-obra, compra de materiais de construção, de equipamento etc. Este fato daria ao novo ciclo feição própria inconfundível. A economia era lançada, aos empurrões pelo caminho do desenvolvimento.

REALOCAÇÃO DE RECURSOS NA ECONOMIA CAPITALISTA. Detenhamo-nos um pouco na caracterização deste fenômeno.

Suponhamos que um capitalista emprega certo número de operários e obtém produtos no valor de 100 unidades. Pagou a esses operários 75 unidades, obtendo, portanto, lucro bruto de 25 unidades. Destas últimas, consome pessoalmente cinco unidades.

Ora, os operários dificilmente economizam alguma coisa de modo que podemos ter como certo que todo o seu salário será prontamente aplicado à compra de bens de consumo. Somando-se seu consumo com o do capitalista, chegamos a um consumo certo de 80 unidades. Essa é a procura direta que resulta das atividades do capitalista e dos seus operários.

Por outro lado, há um produto no valor de 100 unidades. Como o capitalista não produziu para guardar, mas para vender, as mesmas atividades

resultam em oferta igual a 100 unidades. Em resumo, o trabalho da fábrica capitalista durante certo período resultou na criação de procura de 80 unidades e de oferta de 100 unidades.

O capitalista isolado pode encontrar compradores para suas 100 unidades de valor de produto. Mas se todos os capitalistas agirem do mesmo modo, ou se, em média, a classe capitalista agir desse modo, não haverá meio de vender 20% da produção, a menos que o capitalista *consuma* esses 20% ou 20 unidades de valor!

É extremamente improvável que a classe capitalista faça o milagre de consumir, no sentido corrente, esses 20% adicionais do produto nacional. Mas há um meio pelo qual ela é capaz de consumir muito mais do que isso. Pode, por exemplo, resolver construir uma fábrica nova e então não haverá limites para seu consumo assim entendido. Não haverá limite porque a riqueza não é propriamente consumida, mas investida, isto é, convertida em um bem durável, que só pode ser consumido um pouquinho cada ano, pela depreciação.

Para construir a fábrica, o capitalista recrutará certa quantidade de mão-de-obra e comprará materiais a outros capitalistas. Estes, para produzir tais materiais, terão que recrutar mais mão-de-obra e consumir outros materiais, os quais novamente se decomporão em mais mão-de-obra e mais materiais, até que, finalmente, tudo se reduzirá a um recrutamento adicional de mão-de-obra. Se, em vez de tomarmos um capitalista isolado, considerarmos a classe capitalista como um todo, ou se supusermos, como ocorre nas economias socialistas, que só há um patrão, o Estado, a classe capitalista e o Estado, respectivamente, só poderão vender os bens de consumo produzidos no país em certo período se fizerem inversões correspondentes ao seu lucro bruto, deduzido dos seus próprios gastos com seu consumo. O consumo da classe capitalista é o que os capitalistas individuais gastam na satisfação de suas necessidades pessoais; o consumo do Estado socialista é a manutenção do aparelho administrativo e de defesa.

Ora, como vimos, inverter significa, em última instância, recrutar mão-de-obra para a produção dos bens que desejamos imobilizar. Conseqüentemente, para que o produto de 75 operários, no nosso exemplo, possa ser integralmente consumido, isto é, para que haja uma demanda igual à oferta, em nível de preço que permita a realização do lucro previsto de 20%, será mister que a economia recrute mão-de-obra adicional, pagando-lhe salário de 20 unidades. Então, os primeiros operários comprarão bens de consumo no valor de 75 unidades; o capitalista consumirá cinco unidades e os operá-

rios recrutados para produzir os bens de inversão consumirão as 20 unidades restantes.⁴

Em resumo, a menos que destrua o excedente correspondente à diferença entre seu lucro bruto e seu consumo pessoal ou distribua gratuitamente os produtos correspondentes, o capitalista terá que empregar mais mão-de-obra do que a necessária para produzir os bens que resultam das atividades de suas instalações preexistentes, em cada ano. Noutros termos, se a classe capitalista não está constantemente expandindo seu recrutamento de mão-de-obra é porque o está diminuindo. O equilíbrio é mera expressão matemática, simples média estatística, simples momento na transição da prosperidade à depressão, ou vice-versa.

Outra é a dinâmica da produção baseada na pequena produção de mercadorias, no artesanato, porque o artesão ordinariamente consome toda a sua renda — salvo quando quer inverter, o que geralmente faz pela compressão do seu consumo. A inversão não corresponde, pois, a uma necessidade imperiosa da economia baseada na pequena produção de mercadorias do tipo artesanal. Tampouco corresponde a uma necessidade da economia socialista, porque, se o Estado deseja inverter menos, poderá fazê-lo, sem gerar desemprego, elevando o salário real dos trabalhadores, o que implica reduzir seu lucro.⁵

Por esse motivo, a economia capitalista se caracteriza por violentas subidas da curva de emprego, alternadas com baixas não menos violentas dependendo do volume de inversões que se esteja fazendo, em cada momento.

O PAPEL ESTABILIZADOR DA AGRICULTURA. A função do capitalismo no desenvolvimento econômico resulta precisamente dessa peculiaridade do capital que exige que ele alternadamente expanda e reduza o volume de

4. O Estado e o sistema bancário podem, é claro, “criar dinheiro” e com ele comprar o excedente, permitindo à classe capitalista “realizar” seu lucro, isto é, vender a parte da produção na qual ele se consubstancia (a última, dado que o capital se remunera residualmente). Não parece oportuno discutir aqui este assunto, tanto mais quanto não prejudicaria o exemplo. A menos que o dinheiro criado vá nutrir o fundo de consumo (ajuda a desempregados, despesas improdutivo do Estado etc.), irá aumentar o capital, de modo que, no conjunto, tudo se passa como está indicado.

5. No momento em que foram pronunciadas estas palestras, em 1955, a violência da crise econômica que já então sacudia o regime socialista, na Rússia e demais países comunistas, não se havia evidenciado ainda. Hoje (1957) não pode haver dúvida de que a redistribuição da renda no sentido aqui descrito é uma operação bem mais complexa do que parecia. Em princípio, o Estado pode fazer a redistribuição, pela elevação do salário real, mas isso tem que ser acompanhado de mudanças institucionais profundas. Como vinha sendo feita, a elevação autônoma do salário real pode causar — como causou — graves desequilíbrios interindustriais e intersetoriais, a saber, uma crise econômica séria, que, a certa altura, se desdobrou em aguda crise política.

mão-de-obra que emprega, mas no sentido geral de aumentá-lo sempre, através dessas flutuações. Como o capitalismo se desenvolve lado a lado com uma produção natural e com uma pequena produção de mercadorias, que, historicamente, o precedem, a mão-de-obra adicional que tende, a longo prazo, a absorver, é transferida, em última instância, da produção natural. Esta última, alternadamente, entrega parte da mão-de-obra que ocupava ao setor capitalista ou a reabsorve, pelo menos em parte, quando a conjuntura é baixa. Por isso é que a agricultura, onde, em toda parte, são maiores as sobrevivências da economia natural, eleva a quantidade de mão-de-obra que emprega, quando o setor capitalista, predominante na indústria, despede parte do fator trabalho que estava ocupando. Funciona, assim, como estabilizador da economia.

É de notar, entretanto, que cada vez que o setor natural se comprime para atender à procura concomitante de bens agrícolas e de mão-de-obra do setor capitalista, a agricultura sofre certas transformações que só parcialmente são reversíveis, o que significa cada dia tornar-se menos capaz de receber de volta a mão-de-obra despedida pelas fábricas. Quando isto acontece, o desemprego urbano torna-se incompressível — como podemos ver em todos os países capitalistas mais desenvolvidos. Inversamente, em país subdesenvolvido, como o nosso, a reabsorção da mão-de-obra pela agricultura, nas épocas de baixa conjuntura, mascara o desemprego e dá a ilusão de pleno emprego de fatores.

NA CRISE A AGRICULTURA EXPELE RECURSOS. Retomando o fio da exposição, dizia eu que chegáramos ao ano crucial de 1930 com todas as condições maduras para o desenvolvimento do capitalismo. A anterior expansão da agricultura de exportação havia sido feita em condições tais que implicavam destruir as bases para a recomposição da economia natural, isto é, a agricultura de subsistência. Quer isso dizer que quando viesse, como veio, a queda das exportações, interrompendo as inversões em novos cafés etc., contingentes importantes de mão-de-obra, em vez de retornarem às condições da agricultura de subsistência, buscaram as cidades.

A CIDADE OS ABSORVE. O volume total das inversões na economia declinou no primeiro momento, em consequência da interrupção das inversões no setor exportador. A renda nacional, isto é, o total dos pagamentos, na economia, caiu, como era natural, mas caiu *menos* do que a capacidade para importar. A existência de generalizada pequena produção de mercadorias bastou para sustar a queda da renda a certa altura, e os aumentos dos gastos

do governo, especialmente para aquisição do café que depois seria queimado e para financiar a repressão das sucessivas sublevações que se seguiram ao vitorioso movimento de 30, atuaram como efetivo, posto que totalmente inconsciente, programa anticíclico.

Mas esses gastos anticíclicos se teriam resolvido em pura inflação, como aliás ocorreu em vários países latino-americanos, se, simultaneamente, o setor capitalista não tivesse empreendido inversões que, sendo gastos, distinguem-se dos levados a efeito pelo governo porque não se limitam a aumentar o nível de emprego, uma vez que deixam, como resíduo, não um levante sufocado, nem as cinzas de uns quantos milhões de sacas de café destruídos, mas instalações produtivas que permitem aumentar a oferta de bens e mercadorias. Vejamos agora como e por que os capitalistas foram induzidos a realizar essas inversões.

EM BUSCA DO EQUILÍBRIO INTERINDUSTRIAL. O conteúdo desse esforço é exatamente o mesmo do que resultou no crescimento das fazendas de escravos na primeira metade do século XIX e na diversificação de sua produção interna. Qualquer que seja o modo de produção dominante, o homem tem sempre uma lista mais ou menos longa de necessidades a satisfazer. Precisa de alimentar-se, de morar, de vestir etc. A cada uma dessas necessidades corresponde outra lista de produtos, com os quais se satisfazem aquelas necessidades. Ora, se — como já o havia observado Thomas Malthus, há mais de um século — bruscamente desaparecem alguns itens desta lista, porque as fontes de suprimento se estancam, a economia, seja ela primitiva ou desenvolvida, reage por um esforço especial no sentido de reconstruir as fontes estancadas, ou abrir outras, de produtos capazes de satisfazer as mesmas necessidades.

PROCURA EFETIVA: EM CRUZEIROS E DÓLARES. No caso de redução da capacidade para importar, em país dependente como o nosso, as fontes de certos suprimentos — daqueles que costumávamos obter pela via da importação — não foram fisicamente destruídas, mas, do nosso ponto de vista, era como se o tivessem sido. De nada nos servia que nos Estados Unidos houvesse montanhas dos bens que antes importávamos, se não tínhamos dólares para comprá-los. Nossa procura subsistia, mas não era *procura efetiva*, porque não era solvente, *pagante*. Um mendigo pode desejar um broche de brilhantes que vê em certa joalheria, mas a procura consubstanciada em seu desejo não tem a menor importância para o comércio de jóias, porque o mendigo não tem um níquel.

Assim, o fato de haver no Brasil uma ativa procura — efetiva em cruzeiros, mas não em dólares ou libras — para os produtos excedentes que existiam nos Estados Unidos ou na Europa não tinha a menor importância para os fabricantes norte-americanos ou europeus. Mas o fato de essa procura ser efetiva em cruzeiros — ou, na época, em mil-réis — revestia-se de particular importância para o capitalista brasileiro que tinha fundos para inverter, porque a escassez afetava o preço unitário do produto que costumávamos importar, elevando-o.

O problema aqui apresenta dois quesitos aos quais é mister dar resposta:

1. Por que subsistia essa procura solvente?
2. Qual a origem dos fundos livres para inversão?

A primeira pergunta já foi incidentalmente respondida. Subsistia tal procura efetiva em moeda nacional primeiro porque o país, no seu setor de mercado, já tinha uma diversificada produção em boa parte artesanal; segundo, porque o governo expandiu suas despesas, iniciando a pressão inflacionária que seria nossa fiel companheira até hoje.

A segunda pergunta pode ser respondida pela indicação de que, uma vez que a renda nacional havia *diminuído*, *diminuíra* também a procura de cada um dos bens e serviços supridos pela própria produção nacional. Havia, portanto, certa medida de capacidade não utilizada na economia. Ora, na medida em que tal capacidade pudesse ser usada para criar os bens de capital em que se traduziria a inversão, e isso dificilmente poderia deixar de ocorrer em certa medida, a criação de fundos livres para comprar o produto correspondente seria pura questão de manipulação creditícia e monetária que, aliás, não faltou. O governo e os bancos puderam criar dinheiro porque, tão pronto quanto se criasse procura para certos bens, surgiria oferta dos mesmos bens. Graças a isso, o dinheiro criado não expandia apenas a renda nominal, mas a renda real.

Do nosso ponto de vista imediato, o que importa é que havia fundos livres para inverter e que certos bens, em consequência da escassez, se haviam tornado caros. Por complicado mecanismo, cuja descrição escapa aos limites desta palestra, os fundos livres se aplicaram na criação das instalações necessárias à produção daqueles bens — que se haviam tornado escassos em consequência da redução da capacidade para importar.

É inteiramente indiferente saber por que item da lista de importações do país começaria o processo de substituição de importações. O importante é que essa substituição, que por motivos historicamente determinados, deveria acontecer, pelo menos em parte, em condições capitalistas, implicava aumento das inversões que, como vimos, se resolve em aumento da compra de

mão-de-obra, em aumento do volume total dos salários pagos no país. Dispondo de um total aumentado de salários, os trabalhadores compram mais, porque sua procura latente se converte em procura efetiva agora que estão ganhando, que têm dinheiro. Conseqüentemente, todas as indústrias existentes aumentam suas vendas e, *ipso facto*, aumentam os lucros dos capitalistas, os quais, por sua vez, ficam de posse de fundos livres adicionais para inverter.

SUBSTITUIÇÃO E PROPENSÃO PARA IMPORTAR. Chegamos aqui ao ponto culminante de toda a exposição. A escassez de certos bens ou serviços provoca inversões no sentido de possibilitar o aumento do seu suprimento. Essas inversões criam procura adicional indiscriminada de todos os bens e serviços, tanto dos que tradicionalmente eram importados, como dos que eram supridos pela produção nacional. Segue-se que a substituição de importações nas condições capitalistas, se, por um lado, tende a reduzir a pressão sobre a capacidade para importar do país, porque permite excluir da lista de importações um item qualquer, por outro, tende a aumentar essa mesma pressão, uma vez que intensifica a procura, efetiva em cruzeiros, de todos os demais itens.

Mas não é só isso. A inversão implica aumento do número de trabalhadores empregados. Onde estavam eles antes de serem recrutados? Alguns estavam nas cidades, mas outros talvez estivessem aplicados na economia natural ou na chamada agricultura de subsistência, no interior. Estes últimos não tinham antes necessidade de serviços de abastecimento de água encanada, transportes urbanos, de iluminação elétrica e de tantas outras coisas que nas condições camponesas seriam luxo, mas nas condições urbanas constituem itens de primeiríssima necessidade. Ora, por motivos não ocasionais, a substituição de importações em país como o nosso tem que tomar a forma de industrialização, porque industriais são os produtos a substituir; a industrialização supõe urbanização. Conseqüentemente, em nossas condições históricas concretas, a substituição de importações tem que implicar radical mudança nos hábitos de consumo da população.

Por outro lado, há grande diferença entre obter uma saca de cimento, trocando-a por uns tantos quilos de café, e produzir aqui mesmo o cimento. No primeiro caso usávamos mão-de-obra, terra e equipamento muito sumário. No segundo, teremos necessidade de equipamento mais complexo, porque é outra a tecnologia da produção.

Por ambas as razões, isto é, tanto pelos seus efeitos sobre os hábitos de consumo, como sobre a tecnologia, a substituição de importações, quando

feita em condições capitalistas, supõe mudança no que modernamente os economistas chamam de tábua de insumo-produto, isto é, na proporção em que os diferentes bens e serviços são necessários à economia nacional em dado momento. Quando obtínhamos cimento trocando-o por café, carecíamos de mais terra do que agora, quando passamos a produzi-lo em fábrica nacional. Mas careceremos de mais serviços urbanos para os operários da fábrica de cimento, de combustíveis e equipamento para a própria fábrica. Os meios de transporte que serviam para o escoamento do café talvez não sirvam para a movimentação dos materiais que usa a fábrica de cimento nacional etc. etc.

Em resumo, a substituição de importações não somente aumenta a procura indiscriminada de todos os bens e serviços, seja de produção, seja de consumo, como modifica também a especificação desses bens e serviços. Ora, quando a procura de determinado bem supera o consumo, em país como o nosso, o primeiro movimento é para obter suplemento pela via da importação. Conseqüentemente, a substituição de importações, teleologicamente orientada para reduzir a pressão sobre o balanço de pagamentos, traz consigo, immanentemente, a possibilidade de intensificação dessa pressão. Essa possibilidade se faz realidade quando a substituição tem lugar em condições capitalistas.

Muitos dos nossos economistas estão despertando para este fato de capital importância — alguns para lamentá-lo, porque o mecanismo básico do nosso desenvolvimento parece negar-se a si mesmo, no sentido de que resulta em frustração formal: visando resolver o problema dos déficits do nosso balanço de pagamentos, agrava esses déficits; outros para saudá-lo entusiasmadamente, porque revela extraordinárias possibilidades de ulterior desenvolvimento.

Com efeito, se o desenvolvimento implícito na industrialização resulta, em última análise, da incorporação de parcela crescente de nossa força nacional de trabalho às condições sociais de produção, sob a forma da produção capitalista, reduzindo a parcela desgraçadamente muito grande ainda de mão-de-obra empregada nas condições naturais de produção, nosso interesse é de que o estímulo a essa transferência não seja passageiro. Ora, se pudéssemos, efetivamente eliminar o déficit do nosso balanço de pagamentos por meio de algumas substituições, o estímulo às inversões, isto é, ao modo específico pelo qual a força de trabalho é transferida da economia natural para o setor capitalista, cessaria prontamente. Chegaríamos a uma situação de equilíbrio, sem dúvida, mas de lamentável equilíbrio, porque tenderia a perpetuar nosso subdesenvolvimento, nossa pobreza.

SUBSTITUIÇÃO PROVOCA SUBSTITUIÇÃO. Inversamente, se é verdade que cada substituição feita põe em marcha um mecanismo que conduz a novas substituições, porque restaura o desequilíbrio que foi seu ponto de partida, conseqüentemente, podemos assinalar dois fatores extremamente alvissareiros:

1. O estímulo ao nosso desenvolvimento econômico pode ser de indefinida duração.
2. A alavanca essencial do desenvolvimento está no setor do comércio exterior — no qual, pelo consenso, se reconhece ao Estado autoridade crescente.

É a combinação desses dois fatos que nos abre a porta para considerável medida de planificação do nosso desenvolvimento, como veremos em nossa próxima palestra.

AS PRECONDIÇÕES DO PLANEJAMENTO

Chegamos à última etapa de nossa excursão pelo campo do desenvolvimento econômico. Já se advertiu que seria a mais difícil.

Nas palestras anteriores tentei mostrar que o desenvolvimento econômico, tal como o estamos vivendo, pode ser visto como resultado da interação das três camadas superpostas que, como em formação geológica, constituem a economia brasileira: a economia natural, que absorve muito mais de metade de nossa força nacional de trabalho, em condições de produtividade lamentavelmente baixas; a economia de mercado, caracterizada por um capitalismo progressivo; o comércio exterior, onde, por força das condições criadas no mundo exterior, firma-se o capitalismo de Estado, tendendo para a forma jurídica do serviço de utilidade pública.

A LEI DAS SUBSTITUIÇÕES. Tal seja a conjuntura econômica externa, somos levados a orientar nosso esforço produtivo para o aumento das exportações ou para a substituição de importações. É por meio desses movimentos que estamos constantemente buscando alcançar o equilíbrio em nossas relações interindustriais. Ora, tal seja o modo como levamos a efeito esse esforço, expandimos a economia natural — como na primeira metade do século XIX — ou expandimos a economia de mercado capitalista — como vimos, especialmente, fazendo, neste último quartel do século XX.

A expansão da economia natural que fizemos na primeira metade do século XIX teve o efeito de permitir o povoamento e a ocupação do país, preparando, assim, as bases para o ulterior desenvolvimento. Mas este só ocorre, a rigor, quando transferimos força de trabalho da economia natural para

a de mercado, porque isso implica substituir a produção familiar ou individual pela produção social, com as vantagens que o grande Adam Smith⁶ assinalou: a divisão social do trabalho, com todas as suas decorrências tecnológicas, que se traduzem em prodigioso aumento de produtividade.

O ritmo do desenvolvimento econômico depende, pois, especialmente da rapidez e do modo como se processa a transferência de força de trabalho da economia natural para a economia de mercado. Por sua vez, essa transferência é função de certos movimentos ocorridos no interior da economia de mercado — seja esta representada pelo comércio exterior, quando aumenta a procura de nossos produtos agrícolas de exportação, seja pelo mercado nacional, quando este tenta compensar pela substituição de importações a contração do suprimento de bens e serviços importados, o que ocorre quando declina a procura externa de nossos produtos de exportação, comprimindo assim nossa capacidade para importar.

SUBSTITUIÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO. Vimos ainda como, no seu esforço para criar dentro do país indústrias supridoras de bens tradicionalmente importados, a economia de mercado, quando a substituição se fez em condições capitalistas, longe de gerar desafogo no balanço de pagamentos, isto é, de eliminar os déficits, excita a procura nacional de bens importados e, portanto, pressiona no sentido de agravar aqueles déficits. Graças a isso, o desequilíbrio que está no ponto de partida do esforço de substituição, que resulta no desenvolvimento, longe de se resolver, tende a perpetuar-se, tornando imperativas novas substituições, e, portanto, gerando novo ciclo de desenvolvimento.

* * *

O esforço de substituição de importações, quando procedido em condições capitalistas, resulta em desenvolvimento, porque tem que se traduzir em aumento das inversões. Ora, as inversões, na medida em que se apliquem à compra de fatores nacionais — e não há verdadeira substituição de importações senão quando isso ocorre — resultam, em última instância, em aumento da procura de mão-de-obra. Todo esforço para obter capital se tra-

6. "Este grande aumento da quantidade de obra [*work*, l. R.] que, em conseqüência da divisão do trabalho, o mesmo número de pessoas é capaz de realizar deve-se a três diferentes circunstâncias: primeira, ao aumento da destreza de cada trabalhador em particular; segunda, à economia do tempo que geralmente se perde na passagem de uma espécie de trabalho a outra; e, por último, à invenção de grande número de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho, e habilitam um homem a realizar a tarefa de muitos. (...) Apenas observarei que a invenção de todas essas máquinas (...) parece ter-se devido originalmente à divisão do trabalho." (Adam Smith. *The Wealth of Nations*, Livro I, cap. 1)

duz, afinal, em absorção de mão-de-obra, porque é pela aplicação do fator trabalho que se cria o fator capital.

Segue-se, pois, que quando aumentam as inversões no interior da economia de mercado — um dos *strata* que compõem a economia nacional — gera-se no interior dela certo aumento da procura de mão-de-obra que, pelo mecanismo do salário e dos preços, se transfere para fora da economia de mercado, isto é, para a economia natural.

A medula da economia de mercado nacional são a indústria e os serviços urbanos; na agricultura, ao contrário, reinam condições seminaturais de produção. Conseqüentemente, as inversões resultantes do esforço de substituição de importações tomam a forma específica de transferência de mão-de-obra do setor agrícola para a manufatura e os serviços.

INDUSTRIALIZAÇÃO E AGRICULTURA. Essa transferência tem duplo efeito sobre a agricultura: por um lado, com o aumento da população extra-agrícola, isto é, urbana, determina aumento da procura de bens agrícolas; por outro, a própria transferência reduz a quantidade de braços à disposição do setor agrícola. Simultaneamente, pois, a agricultura se vê confrontada com aumento da procura de bens agrícolas e com a diminuição do recurso básico empregado na obtenção dos mesmos bens, isto é, a mão-de-obra.

A resposta vulgar a este problema é que a única solução possível está em compensar a agricultura pela diminuição do fator trabalho ao seu dispor, pelo aumento do emprego do fator capital. Mas vimos que isso é ilusão, que não considera as condições efetivas em que opera o chamado setor agrícola. Vimos que só parte da mão-de-obra aí empregada se ocupa efetivamente com a agricultura; que a outra parte, imensa, elabora bens primários — isto é, faz a mesma coisa que fazem as fábricas e manufaturas urbanas, só que com técnica rudimentar e em condições de produtividade lamentavelmente baixas. Conseqüentemente, o modo específico como a agricultura se ajusta às condições criadas pela industrialização é abandonando essas atividades elaboradoras, para comprar produtos elaborados na cidade, agora que o aumento das compras de bens agrícolas por ela resulta na criação de renda monetária adicional para o camponês. Em conseqüência, *sobra* tempo, isto é, fator trabalho para aplicar na produção de bens agrícolas.

MUDAM AS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS. Isto não quer dizer que tudo se ordene placidamente, no melhor dos mundos possíveis e imagináveis. O ajustamento da agricultura ao desafio lançado pela industrialização é processo difícil, uma vez que não raro destrói as bases em que assentava a tradicional estrutura social agrária. Certas formas de propriedade do solo

são compatíveis com a nova organização do trabalho na agricultura; outras não o são, mas podem ajustar-se gradualmente a elas; outras, finalmente, não o podem fazer e estão condenadas a desaparecer. Não há desenvolvimento sem *reforma agrária*. Só que esta não implica necessariamente fracionamento do latifúndio. Se na França e nos Estados Unidos, essa divisão revelou-se historicamente necessária, em fins do século XVIII e no século XIX, respectivamente; se na Rússia, na Europa Oriental e na China, por motivos econômicos e políticos, o desenvolvimento teve que ser *precedido* da reforma agrária assim concebida, mais recentemente, tal não foi o caso da Inglaterra, no século XVIII, nem da Alemanha, no século XIX.

Todas as razões que podem levar o capitalista a aumentar suas inversões podem ser classificadas sob dois títulos: ou não existe suprimento suficiente de certo bem ou serviço — e então será preciso comprar fatores para construir e operar a indústria supridora daquele bem ou serviço —; ou existe suprimento suficiente, mas o capitalista descobre que pode reduzir seus custos unitários reduzindo o emprego do fator trabalho e aumentando o emprego do fator capital. No primeiro caso, o custo da mão-de-obra é secundário. No segundo, é essencial. Então, a reforma agrária tem que preceder obrigatoriamente a industrialização, como meio de aumentar o preço relativo do fator trabalho. Mas, um desenvolvimento que tenha em sua origem mudança de nível e natureza do comércio exterior cai claramente sob a primeira rubrica.

A chave da questão está em saber se a economia de mercado tem ou não estímulo autônomo, não dependente do custo da mão-de-obra, para inverter. Na Inglaterra e na Alemanha esse estímulo existia sob a forma da expansão do comércio exterior. Noutros termos, o capitalista inglês e o alemão não dependiam do encarecimento da mão-de-obra (que, logicamente, acompanha uma verdadeira disseminação da propriedade rural) para inverter. O estímulo às inversões lhes vinha sob a forma de crescente procura estrangeira de produtos de exportação *manufaturados*. Na Polônia de pré-guerra — onde, de três trabalhadores urbanos, um estava cronicamente desempregado e onde se calculava um excedente de população rural da ordem de oito milhões de pessoas — a mão-de-obra, ao contrário, tinha que ser tão barata que o empresário capitalista não tinha nenhum estímulo a substituir o fator trabalho pelo fator capital. Noutros termos, não tinha nenhum estímulo a inverter, sem o que não pode haver desenvolvimento.

O ESTÍMULO AO INVESTIMENTO. Nossa situação, no Brasil, é, de certo ponto de vista, similar à da Inglaterra e da Alemanha. O estímulo à inversão independe em boa medida dos preços relativos do fator trabalho e do fator

capital. A única diferença reside no fato de que naqueles países esse estímulo tinha origem na expansão da *procura* externa de produtos manufaturados, ao passo que no Brasil ele reside na diminuição da *oferta* estrangeira dos mesmos produtos, com o resultado de aumentar *relativamente* a procura dos produtos manufaturados nacionais pelo mercado nacional. Como dizia há pouco, o volume das inversões torna-se em grande medida independente do custo relativo dos fatores capital e trabalho.

Daí decorre radical diferença entre o *problema do nosso desenvolvimento* e o de um país como a Rússia, a China ou a Itália. Nestes, as transformações das condições de produção na agricultura teriam e têm necessariamente que *preceder* o surto de industrialização; no Brasil, a industrialização começa, e só depois, paulatinamente, vai exigindo que mudem as condições de produção na agricultura, na medida em que provoque aumento simultâneo na procura de mão-de-obra e de bens agrícolas. Por intermédio de uma cadeia de pequenas transformações, todo o edifício vai mudando, a ponto de tornar-se irreconhecível, ao cabo de alguns anos. Paulatinamente, a agricultura vai perdendo seu aspecto de produção natural. Noutros termos, enquanto a reforma agrária russa, polaca ou chinesa foi e tinha que ser *prévia* e *revolucionária*, no Brasil ela pode ser *simultânea* e *gradual*. Não é, nem pode ser revolucionária, enquanto permanecerem em nível alto as inversões que, como vimos, são função de outra variável, porque o modo específico como o camponês reage, no Brasil, quando as condições de vida se tornam insupportáveis para ele, no campo, não é a insurreição para tomar a terra ao latifundiário, mas o *êxodo rural*. Este é o seu protesto característico.

Como se pode pretender levar a efeito uma revolução agrária no Brasil, quando a população rural está constantemente perdendo seus elementos mais *descontentes* e ativos, que migram para a cidade, enquanto esta puder oferecer-lhes emprego, é coisa que me escapa inteiramente à compreensão. Notai bem que não estou discutindo os fundamentos éticos de tal movimento, mas tão-somente sua viabilidade política, à luz das condições econômicas reais de nosso país.

A DIREÇÃO PLANIFICADA. Feito este resumo dos pressupostos estabelecidos nas palestras anteriores, passamos à discussão do modo como podemos pensar em direção planificada do nosso desenvolvimento.

O planejamento é impossível, a menos que o planejador — e este não pode ser outro senão o Estado — controle as alavancas essenciais do comando do organismo econômico. A Rússia pode planificar sua economia porque socializou os meios de produção essenciais e, de posse do comando

da indústria, o Estado pôde submeter à sua direção inclusive os setores não estatizados da economia.

No Brasil e na América Latina há uma ilustre escola de planejadores que pretende planificar — ou, para usar sua expressão favorita, *programar* — o desenvolvimento, sem o controle de tais alavancas. Em vez de decidir quanto se vai inverter na indústria de cimento, procura, pela construção de complicado edifício matemático, dizer quanto se deveria inverter, admitidos certos supostos — demasiado numerosos por sinal.

Supondo que desejamos assegurar um crescimento de 5% na renda nacional, precede-se a calcular qual deveria ser o nível do comércio exterior, qual o nível das inversões globais, qual o nível de aumento na produção de cada indústria ou atividade, supostos determinados coeficientes de capital, tanto para o aumento global da produção quanto para o aumento da produção de cada atividade específica. A beleza da construção — suas linhas geometricamente sóbrias, a singeleza da concepção — conquista cada vez mais adeptos a esse estilo de planejamento.

Não obstante, quando estudamos mais de perto e atentamente o edifício, não tardamos a descobrir que ele é uma pirâmide assente sobre o vértice — posição que, evidentemente, não convém a uma pirâmide. Que razão teríamos nós, com efeito, para começar o planejamento supondo certo crescimento da renda nacional? Por que não relacionamos antes os recursos disponíveis, em função do efetivo comando que tenhamos sobre eles, para depois, como coroamento do nosso trabalho, chegarmos à previsão de certo aumento da renda nacional, se esses recursos são usados de certo modo e não de outro?

A programação estilo “pirâmide invertida” necessita de supor demasiadas coisas além do poder efetivo de realizar as coisas programadas. Supõe uma economia partindo de um *estado de equilíbrio para outro estado de equilíbrio*, o que aberrava de toda a experiência histórica, que nos ensina que o progresso é sempre um movimento que parte de uma situação de desequilíbrio. Se conduz a uma situação de equilíbrio, cessa. Que estímulo, com efeito, terá uma economia para desenvolver-se, se todos os bens específicos de que carece estão sendo supridos nas quantidades necessárias e se os fatores, em cada empresa, estão combinados nas proporções convenientes? O verdadeiro promotor do desenvolvimento é aquele que utiliza o desequilíbrio existente para resolvê-lo *mediante* o desenvolvimento, mas tendo o cuidado de criar outro desequilíbrio, que substitua o primeiro; ou então aquele que introduz numa economia em repouso elementos de desequilíbrio, único modo de fazê-la marchar. Somente quando o homem aprender a fazer isso, a história deixará de ser fato de necessidade para converter-se em fato de liberdade.

Inclusive Keynes, cujos postulados instruem esse tipo de planejamento, em sua receita para provocar a elevação do nível de atividade numa economia em depressão, isto é, em repouso, inclui certos ingredientes básicos causadores de essencial desequilíbrio.

Agora um parêntese: não se creia que considero desprovido de valor o ilustre esforço teórico que foi realizado nessas bases. Foi por meio dele que tomamos, no Brasil, consciência de certos fatos essenciais da nossa anatomia e da nossa fisiologia econômicas. Deu-nos ele intensa consciência dos problemas das relações interindustriais, que, em economia, corresponde à aplicação da primeira lei da dialética — a interdependência de todas as coisas. Graças a esse trabalho, pudemos superar a fase do estudo dos problemas globais situados do estreito ângulo da empresa, na América Latina. Compreendemos que só no conjunto as partes formam sentido.

Mas é preciso passar adiante, porque nossos problemas são prementes e exigem soluções concretas, não modelos teóricos perfeitos. O que nos falta é a indicação dos elos essenciais da cadeia e dos modos como se pode atuar sobre eles. O que nos importa, portanto, não é saber em que proporções exatas deveriam ser supridos os bens e serviços específicos necessários, mas como assegurar o suprimento dos bens que se tornaram escassos, isto é, definir o desequilíbrio nas relações interindustriais.

Até aqui, nesta série de palestras, vimos fazendo exatamente isto: indicar a fonte básica do desequilíbrio e, à base da experiência de como, historicamente, nossa economia reagiu ao estímulo, projetar a utilização do desequilíbrio existente no sentido de fazer com que, em termos de desenvolvimento, seja o máximo possível o rendimento do esforço corretivo. Esse tem sido inconsciente. Urge torná-lo consciente. Isto já é planejamento.

A PESQUISA DOS DESEQUILÍBRIOS. O primeiro trabalho no planejamento é a pesquisa dos desequilíbrios existentes. Trata-se de verificar, em cada indústria particular, se seu custo unitário ou médio tende a *aumentar* quando *aumenta* o volume de produção ou se, ao contrário, tende a cair. Se o custo unitário tende a aumentar, a indústria está usando menos capital do que seria aconselhável, dada a tecnologia vigente e ao alcance da economia. A indústria converteu-se em elo débil do sistema ou, quando a subida do custo unitário é muito forte, por cada unidade de aumento do volume da produção, essa indústria específica converteu-se em *ponto de estrangulamento*.

Se, ao contrário, o custo unitário tende a cair quando aumenta o volume de produção, é sinal de que essa indústria está usando mais capital do que seria conveniente. Constitui, portanto, elo forte do sistema econômico.

No primeiro caso, o problema se resolve pela inversão, que é o modo específico de criar capital. No segundo, pelo uso mais intenso do produto da indústria específica, isto é, pelo aumento da procura do seu produto. O desenvolvimento se obtém quando o produto das indústrias ou atividades que constituem os elos fortes do sistema é usado para criar o capital adicional necessário às indústrias ou atividades que constituem os elos débeis. Assim, a produtividade social aumenta duplamente: *imediatamente*, pelo fato de o projeto novo criar procura para o produto das indústrias que constituem os elos fortes do sistema; *mediatamente*, pela criação do capital adicional necessário à indústria que constituía elo débil no sistema.

Note-se que a produtividade social pode crescer *antes* da maturação do projeto em realização pelo efeito que a própria inversão terá sobre os custos unitários das demais indústrias. A inversão é, pois, duplamente necessária à economia. Mas isso só ocorre quando a procura específica de bens e serviços consubstanciada na inversão é orientada para aquelas indústrias ou atividades que dispõem de capacidade não utilizada, isto é, que podem aumentar seu volume de produção sem emprego de capital adicional, ou com o de capital relativamente pequeno, de modo que, em última instância, o fator cujo *emprego terá sua utilização* aumentada é o trabalho.

Visto do ângulo nacional, o resultado imediato só é obtido quando e na medida em que a capacidade não utilizada posta em ação seja a contida em indústrias ou atividades nacionais, o que nem sempre é possível.

OPORTUNIDADES DE INVERSÕES. Nesta breve exposição, supusemos implicitamente que a economia cujo desenvolvimento se quer planificar produz todos os bens de que carece correntemente. A pesquisa dos desequilíbrios — ou, como se costuma dizer, o balanço geral da economia — nos revelará *elos fortes* e *elos débeis* no sistema. Mas é claro que nada pode impedir que, em vez de *elos débeis*, surpreendamos simplesmente claros no sistema, isto é, indústrias que não existem. Isso ocorre ou quando a economia passa a carecer de um bem ou serviço novo, isto é, quando surge necessidade nova, ou quando a fonte habitual de suprimento de bem ou serviço tradicionalmente necessário se estanca, por qualquer motivo.

Suponhamos que um desastre destrói as usinas geradoras da Light. A fonte de suprimento de energia à Capital Federal se estancará. Para restaurar esse suprimento será necessário empregar não apenas capital, como também trabalho, mas é claro que o fator que se tornou agudamente escasso foi o capital. Podemos estudar esta situação, portanto, como limite do primeiro caso considerado anteriormente.

Ora, como parte dos bens e serviços que nossa economia nacional usa tem sua origem no exterior, uma contração da capacidade para importar representa estancamento ou diminuição da fonte tradicional de suprimento, em tudo semelhante, pelos seus efeitos sobre a economia, à destruição das usinas geradoras da Light, para a economia da cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de criar certo capital: o que quer dizer que importa em inverter, para restaurar o suprimento.

Em linguagem corrente, a descoberta de elo débil na economia, qualquer que seja sua origem, implica a descoberta de oportunidade de inversão. O objetivo do planejamento consiste em orientar a maior parcela possível da procura de bens e serviços de inversão, correspondente ao aproveitamento dessa oportunidade de inversão, para as atividades ou indústrias que são sua antítese, isto é, que constituam os elos fortes do sistema, aqueles suscetíveis de baixar seu custo unitário diretamente em função da procura.

A PAUTA DE IMPORTAÇÕES. Ora, em economia dependente, organicamente voltada para o comércio exterior, a reação espontânea ante qualquer contração, relativa ou absoluta da oferta de um bem qualquer, é a importação de suplemento. Se a Light não nos fornece energia em quantidade suficiente, importamos motores diesel e óleo para a produção dessa mesma energia.

Mas, que ocorrerá se o suprimento que se tornou escasso foi precisamente o de bens tradicionalmente importados? Suplementar o suprimento de petróleo — *produto importado* que se tornou escasso em vista das dificuldades de balanço de pagamentos — *pela importação de petróleo* é petição de princípio. Não obstante, os hábitos de pensamento são tenazes e se examinarmos atentamente vários planos de salvação nacional apresentados por aí, vamos descobrir que sua proposição central não é outra: procuram substituir importações por outras importações. Não consideram o fato de que a importação em geral é o recurso *escasso* por excelência — o recurso de cuja *escassez* todas as demais não passam de manifestações particulares.

Esta circunstância encurta consideravelmente o trabalho do planejador brasileiro. Enquanto o planejador soviético — *planejador de economia fechada* — tinha que fazer duro e metucioso trabalho de balanço para descobrir os elos débeis do sistema, em tarefa que jamais teria sido cumprida sem a propriedade pública dos meios de produção, o planejador brasileiro tem todos os elos débeis da economia já devidamente catalogados e classificados por ordem de magnitude e importância, sob a forma de longa lista de im-

portações. Todo o seu trabalho preliminar consiste em criticar essa lista que, para ele, é um dado prévio, para o efeito de verificar sobre que item deve ser orientado o esforço de substituição de importações.

A lista de importações — devidamente criticada para escoimá-la dos desvios causados pela própria intervenção do Estado no controle do comércio exterior — é uma relação longa de bens e serviços específicos. Todos esses bens e serviços são escassos, porque a quantidade de todos e cada um deles que podemos adquirir é limitada por nossa capacidade para importar. Conseqüentemente, a economia nacional está carecida de suplemento de todos e cada um deles. Mas como todas as escassezes particulares resultam de uma única e homogênea escassez — a de divisas —, uma vez que, em nossas condições históricas, o resto do mundo nos poderia fornecer cada um desses bens e serviços desde que tivéssemos moeda estrangeira para pagar, podemos escolher livremente o item por onde deve começar o esforço de substituição.

DERIVAÇÃO DOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO. Suponhamos que a dado nível de preços, isto é, a dado tipo de câmbio, desejamos comprar bens estrangeiros no valor de um bilhão de dólares, mas que nossa capacidade para importar, a esse mesmo tipo de câmbio, apenas nos permita adquirir um total de 800 milhões. O mecanismo dos preços internos, em cruzeiros, tende a uniformizar as procuras e ofertas dos diferentes itens, de tal modo que para cada item haja procura insatisfeita de 20%. À primeira vista pode, pois, parecer que devemos criar aqui indústrias substitutivas de importações de capacidade igual a 20% das importações de cada item da pauta de importações.

Se, entretanto, examinarmos mais de perto o problema, concluiremos que não é esta a única alternativa, pois podemos criar indústria substitutiva calculada para produção igual ao total da importação do item respectivo, uma vez que as divisas poupadas naquele item podem ser aplicadas à compra dos demais e que, portanto, a oferta particular de todos os outros aumentará, exatamente como se estivéssemos fazendo a substituição em todos eles. Os economistas costumam exprimir este fato dizendo simplesmente que a oferta do resto do mundo é inespecífica, do que resulta que a oferta de um item qualquer da lista pode converter-se em oferta de qualquer outro. Por isso dizia eu que é indiferente, por este lado, saber por onde se deve começar o esforço de substituição. Podemos, indiferentemente, substituir por produção nacional a importação de trigo ou de petróleo ou de papel de imprensa, uma vez que com as divisas poupadas em papel podemos comprar trigo e petróleo e assim por diante.

A DIVISIBILIDADE DO PROJETO. Essa propriedade de oferta estrangeira é providencial, porque, *considerada doutro ponto de vista*, nossa decisão absolutamente não é arbitrária.

Em primeiro lugar, temos que levar em conta o problema da divisibilidade do projeto. A tecnologia, os recursos naturais disponíveis etc. podem fazer com que a produção de um item qualquer só se torne econômica a partir de certo volume de produção. Em função da maior ou menor divisibilidade do projeto, podemos classificar todos os itens que constam da pauta de importações em três grupos:

1. artigos cuja produção pode ser empreendida, a custos razoáveis, em volume igual ou menor do que a diferença entre a quantidade que desejaríamos comprar e a que podemos comprar, dados a capacidade para importar e o tipo de câmbio;
2. artigos que podemos produzir economicamente, mas em quantidade maior do que aquela diferença, embora menor que a quantidade total que importamos, isto é, artigos que só poderemos produzir economicamente excluindo-os da pauta de importações;
3. artigos que não poderemos produzir economicamente nem mesmo em quantidade igual à que desejaríamos importar.

No primeiro grupo, o esforço de substituição geralmente independe de qualquer cuidado especial do governo. No segundo grupo, só se poderá fazer se o Estado tomar medidas adequadas para tornar efetiva a reserva de mercado. No terceiro, só se for possível criar condições propícias à exportação do excedente.

O problema da divisibilidade do projeto não é grave para o Brasil, visto que somos um grande país com população numerosa e grande comércio exterior. A diferença entre o modo como o Brasil e a Argentina, de um lado, e as outras repúblicas latino-americanas, do outro, reagiram ante a compressão violenta da capacidade para importar por ocasião da grande crise mundial deve-se precisamente à circunstância de que nossos mercados são, grandes, de modo que, passada pelo crivo da divisibilidade nossa lista de importações, ainda nos restava longa lista de substituições possíveis, mesmo sem cuidados especiais por parte do Estado. Em todo o caso, se o Estado está em condições de assegurar efetiva reserva de mercado, as oportunidades de inversões substitutivas serão incomensuravelmente mais brilhantes e maior será o nosso arbítrio.

Infelizmente, não poderemos discutir aqui, com a minudência que seria de desejar, o modo de assegurar a reserva de mercado. Esta, quando estabelecida em termos físicos, como teoricamente se faz por intermédio do regime

da licença prévia, costuma gerar monopólios inconvenientes para a economia nacional e, como é natural, o monopólio exige a conversão da indústria em serviço público. Mas o Estado pode limitar os males do monopólio implícito em toda reserva de mercado simplesmente estabelecendo tipo de câmbio para a importação daquele bem específico que resulte na oferta ao mercado nacional de bens estrangeiros da mesma natureza, a um preço em cruzeiros igual ao que, a juízo das autoridades, será o justo preço para o produto nacional respectivo. Isto exige, como é óbvio, que a autoridade planejadora possa fixar o tipo de câmbio a se aplicar a cada caso específico.

OS CUSTOS RELATIVOS. O segundo crivo pelo qual deverá passar a lista de importações para dar-nos razoável relação de projetos de substituição é o estudo das curvas de custo das indústrias potenciais, isto é, dos projetos, dados os volumes respectivos da produção. Certos itens podem ser substituídos a preços unitários que correspondem ao tipo de câmbio de 20 cruzeiros por dólar; outros, só se o tipo de câmbio estiver a 25 cruzeiros; outros a 30, a 40, a 100 cruzeiros. Claro está que, se podemos obter um produto a preço correspondente ao tipo de câmbio de 20 cruzeiros por dólar, não tem sentido produzir aqui outro bem que, por dólar poupado, suponha um custo de 100 cruzeiros.

O mesmo instrumento que serviria à autoridade planejadora para disciplinar o monopólio implícito na reserva de mercado, isto é, o poder de manipular o tipo de câmbio aplicável a cada bem específico, serviria também para orientar o esforço planejador para aqueles itens que, dado o volume esperado de produção, pudessem ser obtidos aqui aos mais baixos preços unitários.

CUSTOS EM CRUZEIROS E DÓLARES. O terceiro crivo diz respeito ao exame qualitativo dos custos. É raro que uma substituição possa ser integral. Em geral, a produção aqui de um item tradicionalmente importado supõe o uso do equipamento, materiais, técnica e, às vezes, capital estrangeiros. Segue-se, pois, que o produto oriundo da *indústria substitutiva de importações* só parcialmente é substituição verdadeira. A outra parte é importação. O critério estabelecido há pouco, isto é, o critério do custo, deve aplicar-se exclusivamente à parte nacionalizada dos custos, que corresponde à *compra de fatores nacionais*. Sempre que possível, o tipo de câmbio aplicado ao produto deve aplicar-se aos *insumos* estrangeiros, isto é, aos itens importados do custo, porque de outro modo a substituição se revelará ilusória. Por este meio, manteremos sempre alerta o empresário nacional para as possibilidades de aprofundar progressivamente a nacionalização dos seus custos.

Bem pensado, este terceiro crivo é apenas modo de separar as substituições verdadeiras das falsas, tornando aplicáveis o primeiro e o segundo. Em consequência de uma política que não tomava este fato em consideração, o Brasil encheu-se de indústrias aparentes, uma vez que muitas de nossas fábricas apenas eram linhas de montagem de partes importadas. Essa política partia da ilusão de que o empresário pode ser induzido a inverter pela concessão de facilidades, quando a verdade é exatamente o contrário.

Com efeito, vimos há pouco que se quisermos induzir o empresário a inverter, isto é, a aumentar o peso do fator capital, relativamente ao fator trabalho, a única solução correta consiste em tornar mais caro o fator a substituir, isto é, a mão-de-obra. Mão-de-obra barata implica pequenas inversões, salvo em condições especiais. Do mesmo modo, se queremos induzir o empresário a substituir fatores estrangeiros por fatores nacionais, o remédio consiste não em fornecer-lhe equipamento estrangeiro barato, como fizemos sob o regime do câmbio de 20 cruzeiros, mas, ao contrário, encarecer o equipamento estrangeiro para ele, tal como o fez a reforma cambial de outubro de 1953, embora com intenções muito outras. Deve-se observar que o novo sistema cambial só parcialmente nos afasta daquele critério. Grande parte das importações de equipamento continua a fazer-se pelo chamado *ágio mínimo* da primeira categoria.

DO PROJETO AO PLANO. Filtrada a lista de importações pelos três crivos, restará uma relação mais ou menos numerosa de projetos. O trabalho imediato do planejador consistirá no estudo sistemático desses projetos, para a verificação dos fatos revelados pelo primeiro exame e, à luz deles, estabelecer a escala de prioridades.

Procederemos a agrupar os projetos segundo a especificação dos recursos a usar, tanto na construção quanto na operação. Conheceremos assim as exigências de mão-de-obra, de materiais de construção e de equipamento e as especificações de uns e outros. Projeto isolado nada significa. Ele é apenas o material com o qual se constrói o plano. Com toda a probabilidade, verificaremos que a procura criada pelos próprios projetos tropeçará com *escassezes* dentro do mercado e já sabemos que cada *escassez* tende a converter-se em pressão sobre o balanço de pagamentos. Procuraremos, pois, antecipar-nos a essa pressão, conferindo a prioridade necessária aos projetos correspondentes a essa procura provocada pelos projetos, isto é, à procura derivada.

Esse segundo grupo de projetos soma-se ao primeiro, o que quer dizer que alguns destes terão que ser excluídos. Novo agrupamento de projetos, nova investigação da procura derivada, novos projetos relativos a esta.

Assim é o trabalho do plano. Aproximações sucessivas, sempre com a intenção de alcançar, pelo caminho mais curto possível e ao menor custo, a substituição de importações, usando para isso, na maior medida possível, a capacidade não utilizada das indústrias nacionais. Esse trabalho não cessará nem mesmo durante a execução do plano.

O CUMPRIMENTO DO PLANO. Ora, dado que somos uma economia capitalista, muitas dessas decisões terão que ser tomadas por intermédio do empresário privado. Ele é que combinará os *fatores* capital e trabalho, de um lado, e nacionais e estrangeiros, de outro. Seguramente não quererá delegar a ninguém o direito de tomar aquelas decisões, mas o Estado pode, pela manipulação do preço em moeda nacional dos recursos estrangeiros que aquele usa, condicionar suas decisões.

Seu grande instrumento para isso, no presente, é a manipulação do tipo de câmbio — desde que seja feita com finalidade consciente. Mas, além do tipo de câmbio, o Estado dispõe ainda de outros elementos poderosos. Desde que pautar sua ação por plano-mestre bem delineado, pode, pelos seus órgãos administrativos e pelos seus bancos de investimento, executar projetos, especialmente os relativos à procura derivada, não com a intenção de fazer-se industrial, mas para antecipar as decisões. Se seu plano-mestre prevê a construção de numerosas centrais hidrelétricas, ele sabe, com antecipação, que haverá necessidade de equipamento elétrico pesado de toda definição. Ora, só depois de criada a procura desse equipamento, o empresário privado se voltaria para sua produção. Que impede, pois, que o Estado, antes de lançar o programa de construção das centrais, construa a indústria mecânica pesada que atenderá à procura do material gerador, transmissor e consumidor? E que impede, também, que, tão pronto quanto a iniciativa privada se interesse pela indústria mecânica, o Estado lhe venda as instalações que houver construído? Assim libertará seus recursos para atacar outros projetos da mesma natureza.

AS DISPONIBILIDADES DE DIVISAS. O planejamento que atentasse apenas para a substituição de importações estaria incompleto. É mister, ao mesmo tempo, cuidar da defesa da capacidade para importar.

Os problemas, neste campo, são de outra natureza. Aqui padecemos ordinariamente do mal da superabundância de nossa oferta de exportações. É notório que, a partir de certa altura, cada saca adicional de café ou algo-dão oferecida ao estrangeiro determina redução líquida da receita de divisas. Trata-se, pois, de manter a oferta de exportações em nível que corresponde, para cada item, à receita máxima de divisas.

Na década de 1930 tivemos que reduzir nossa oferta de café e outros produtos pela destruição pura e simples dos produtos e até das plantações. Assim impedimos que a receita em divisas caísse demasiado. Uma direção planejada da economia exige que o Estado preveja a possibilidade de geração desses excedentes e, a tempo, oriente para outras aplicações os recursos que se consumiriam em sua criação.

Ora, como a quantidade de café, de cacau, de algodão que podemos criar resulta de decisões independentes de milhares de produtores individuais, o único modo de regular a oferta, com razoável aproximação, consiste na manipulação do preço em cruzeiros a pagar por unidade de produto. O preço de cada item de exportação deve ser tal que só se produza a quantidade que, a juízo do Estado, corresponda à receita máxima esperada de divisas. O planejador pode errar em seu cálculo, mas a economia nacional, nas condições vigentes, não tem a mais leve esperança de acertar, se entregue a si mesma.

CONCLUSÕES. Em resumo, o Estado pode dirigir os processos básicos da economia, desde que possa determinar os preços em moeda nacional tanto dos artigos de exportação como dos de importação — um por um. A experiência está feita: sob o regime do tipo de câmbio de 18,70 — um tipo de câmbio alto — elevamos a receita em divisas proveniente do café em considerável medida. Estando rígido o tipo de câmbio, a procura estrangeira elevou seus preços em divisas, de modo a gerar oferta adequada. Por outro lado, a indústria mecânica marcou passo, até que, com a baixa do tipo de câmbio, houve estímulo à sua expansão.

Quer isso dizer que não há nenhuma razão para que o tipo de câmbio de exportação seja o mesmo de importação, uma vez que os preços são determinados por dois mercados diferentes. Levando mais longe essa conclusão, podemos dizer também que não há nenhuma razão para que o tipo de câmbio do café seja o mesmo que do algodão. O café e o algodão têm diferentes curvas de custo e para cada um deles a receita máxima em divisas é determinada em volumes físicos diferentes. Por outro lado, se o Estado não discrimina nas importações por meio do preço final em cruzeiros, não poderá orientar o esforço de substituição de modo a considerar melhor as contingências de divisibilidade do projeto e de custo unitário.

Mas, se o Estado chama a si o direito de manipular o tipo de câmbio de modo a atender melhor a todas essas ocorrências, por que não se prepara para fazer de direito o que já está fazendo de fato, isto é, converter o comércio exterior em serviço público?

Com efeito, quando o Estado fixa o tipo de câmbio aplicável a cada produto, tanto na importação quanto na exportação, com vistas ao preço final em cruzeiros, a exigir ou a pagar, o que realmente está fazendo é fixar esse preço em cruzeiros. O Estado age aí como representante da economia nacional, que compra café na quantidade necessária e que, para isso, deve pagar preço que, dada a curva de custos da indústria cafeeira, assegure determinada produção; e que vende ao importador privado produtos estrangeiros a preços que devem ser tais que precipitem ou adiem a substituição de importações, segundo as metas fixadas pelo governo.

A rigor, portanto, o Estado não compra ou vende divisas, mas produtos específicos. As divisas pertencem à economia nacional, não aos exportadores privados. Não há, nem pode haver, pois, confisco cambial, uma vez que ninguém pode ser privado da propriedade do que nunca teve.

Em síntese, pois, já temos os elementos indispensáveis para planejamento econômico que afete pelo menos a direção geral dos processos básicos. Apenas, embora as condições institucionais tenham mudado de fato, o novo arcabouço guarda ainda formas jurídicas completamente vazias de sentido, que interferem na compreensão dos movimentos essenciais da economia, envolvendo-os em nuvem mística.

Por isso, dizia eu em palestra anterior que as condições básicas do planejamento estão criadas e que se trata apenas de aprender a usá-las. Ao economista cabe a árdua tarefa de provar que ninguém tem coisa alguma a ganhar pela conservação de formas jurídicas vazias, que apenas servem para inibir todo esforço de direção da economia, fazendo também com que nosso desenvolvimento continue a ser o que tem sido — fruto de uma seqüência de desastres.

POSFÁCIO

Se há um livro ao qual se pode, com justiça, atribuir uma data, é este opúsculo. Atendendo a intimação dos meus amigos do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp) — especialmente do meu saudoso amigo Alberto Guerreiro Ramos — procurei descrever, não um modelo teórico, mas o processo concreto que nosso país estava vivendo. Noutros termos, não se tratava de dizer como o Brasil devia desenvolver-se, mas como se estava, efetivamente, desenvolvendo. Especialmente a partir de 1932, ano que, para nós, marcou a virada da depressão econômica nacional — no contexto da Grande Depressão Mundial — para a industrialização substitutiva de importações.

Esta fora um processo espontâneo, do qual, somente muitos anos mais tarde, a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), da ONU, nos

viria dar consciência, especialmente através de Raúl Prebisch, seu secretário geral. Mesmo minha contribuição pessoal — que não compromete, nem Prebisch, nem Jorge Ahumada e meus outros mestres cepalinos — está ligada à Cepal. Encontra-se, aqui, um apanhado de minha tese de mestrado, de 1954, no curso patrocinado por essa entidade, em Santiago do Chile: *El Desarrollo Económico en Brasil*.

O ano de 1957, data da primeira edição, patrocinada pela Universidade Federal da Bahia e pela Livraria Editora Progresso, também da Bahia, marcava, pois, um quartel de século do início de nossa industrialização. Sabemos, hoje, que, nesse lapso de tempo, nossa produção industrial havia crescido nada menos do que 7,3 vezes ou, aproximadamente, 8,3% ao ano.

Fora um dos períodos mais tumultuados de toda a história da civilização. Em 1932, a economia mundial apenas saía da Grande Depressão, que fora o fundo do poço da fase recessiva do terceiro ciclo de Kondratiev, a qual cobriria o quartel de século aproximado de 1921 a 1948. Nos anos de 1930, o mundo capitalista desenvolvido viveu fenômenos tais como um desemprego catastrófico — não o tradicional desemprego, que os teóricos buscavam explicar como prova de madraçaria dos trabalhadores, mas um desemprego obviamente compulsório. Tivemos o fascismo e a Segunda Guerra Mundial, cinco vezes mais sanguinolenta do que a primeira. E tivemos também vários ensaios de planificação econômica, notadamente: (a) os planos quinquenais soviéticos; (b) o plano quadrienal nazista; (c) o New Deal norte-americano.

Não é fácil reunir estatísticas relativas ao primeiro quinquênio desse quartel de século. O sigilo militar lançava um espesso véu sobre toda a vida econômica mundial. As Nações Unidas nos oferecem agora informações muito mais seguras sobre o período que se abriu em 1938.

Os 20 anos que se seguiram a 1938 foram marcados pelo signo da Segunda Guerra Mundial. Os dez primeiros anos corresponderam, por um lado, aos dois lustros finais do terceiro ciclo de Kondratiev e, por outro, ao conflito propriamente dito. O decênio 1948-58 correspondeu, por um lado, aos dois lustros iniciais do quarto ciclo de Kondratiev e, por outro, ao período da reconstrução. Como se sabe, os lustros finais do ciclo longo integram a fase B, ou recessiva, ao passo que os iniciais integram a fase A, ou expansiva, do ciclo seguinte.

Em ambos esses decênios, a economia brasileira desenvolveu-se a ritmos muito elevados: 6,2% ao ano, no primeiro, apenas superado pelos Estados Unidos (7,5%); 9,7% ao ano, no segundo, apenas superado pela Europa Ocidental, o Japão e os países do Comecon. Isso quanto à produção industrial. Para o conjunto do período (1938-58), somente a União Soviética nos superou: 5,5 / 4,4 vezes.

Quarto Kondratiev – Pondo de parte os dez primeiros anos do quarto ciclo longo (1948-58), sobre os quais pesaram grandemente os efeitos da Segunda Guerra Mundial (reconstrução), ainda tomando o critério da produção industrial, o Brasil comportou-se como uma das áreas mais prósperas do planeta, crescendo aproximadamente 5,9 vezes, contra 7,7 vezes do Comecon e 11,1 vezes do Japão. O conjunto do mundo capitalista desenvolvido apenas cresceu, nos três decênios de 1958 a 1988, 3,3 vezes.

Esses três decênios dividem-se, em partes iguais, entre as fases A e B, do quarto Kondratiev. Na fase A (1958-73), a produção industrial brasileira cresceu quase 3,7 vezes, contra 2,4 vezes para o mundo capitalista desenvolvido, 2,1 vezes para o resto da América Latina e 3,8 vezes para o Comecon (Europa Oriental e URSS). Somente o Japão superou nosso índice, com 6,8 vezes, entre as grandes potências. Os Estados Unidos apenas chegaram a 2,2 vezes, aproximadamente o mesmo índice para o Mercado Comum Europeu.

Nos três lustros subseqüentes (1973-88, fase B do ciclo longo), esse panorama mudou radicalmente. Nossa produção industrial apenas cresceu 1,6 vezes; a do mundo capitalista desenvolvido, 1,4 vezes; a do resto da América Latina, 1,8 vezes; a do Comecon, 2,0 vezes; a do Japão, 1,6 vezes, emparelhando-se com a nossa; as dos Estados Unidos e do Mercado Comum Europeu, respectivamente, 1,4 e 1,3.

Somente escaparam a esses três lustros recessivos alguns países, notadamente asiáticos, como a República Popular da China, o Vietnã, a Coreia do Sul, as Filipinas e a Índia. Da América Latina, somente Cuba escapou a essa depressão, acelerando o seu crescimento, em vez de desacelerá-lo. Esses países tiveram, na fase B do quarto ciclo longo, comportamento semelhante ao que, na fase B do quarto Kondratiev, tiveram a União Soviética e o Brasil.

Este, em linhas gerais, é o quadro no qual se desenrola a presente crise brasileira. A atual fase recessiva do ciclo longo provavelmente deverá prolongar-se até o lustro final do século XX. Mas conviria dar alguma atenção à possibilidade de que, para o Brasil, a retomada do crescimento seja antecipada, a exemplo do que está acontecendo aos países enumerados. Temos em comum com esses países o fato de não integrarmos o chamado Primeiro Mundo, o que quer dizer que podemos conceber um ambicioso programa de desenvolvimento, à base de uma tecnologia *já provada* nos países da vanguarda.

Com efeito, é nas fases recessivas dos ciclos longos que os países da vanguarda amadurecem uma tecnologia que, via investimentos em sua implantação, inverterá a conjuntura, isto é, abrirá uma fase A do novo Kondratiev. Ora, em numerosos casos, a tecnologia *já provada* nos países mais avançados

pode comportar-se, do nosso ponto de vista, como tecnologia nova. Muito provavelmente, foi isso o que, nos anos de 1930, aconteceu ao Brasil e à União Soviética, e que está acontecendo agora na China, na Índia e nos menores “tigres asiáticos” — aos quais podemos acrescentar Cuba.

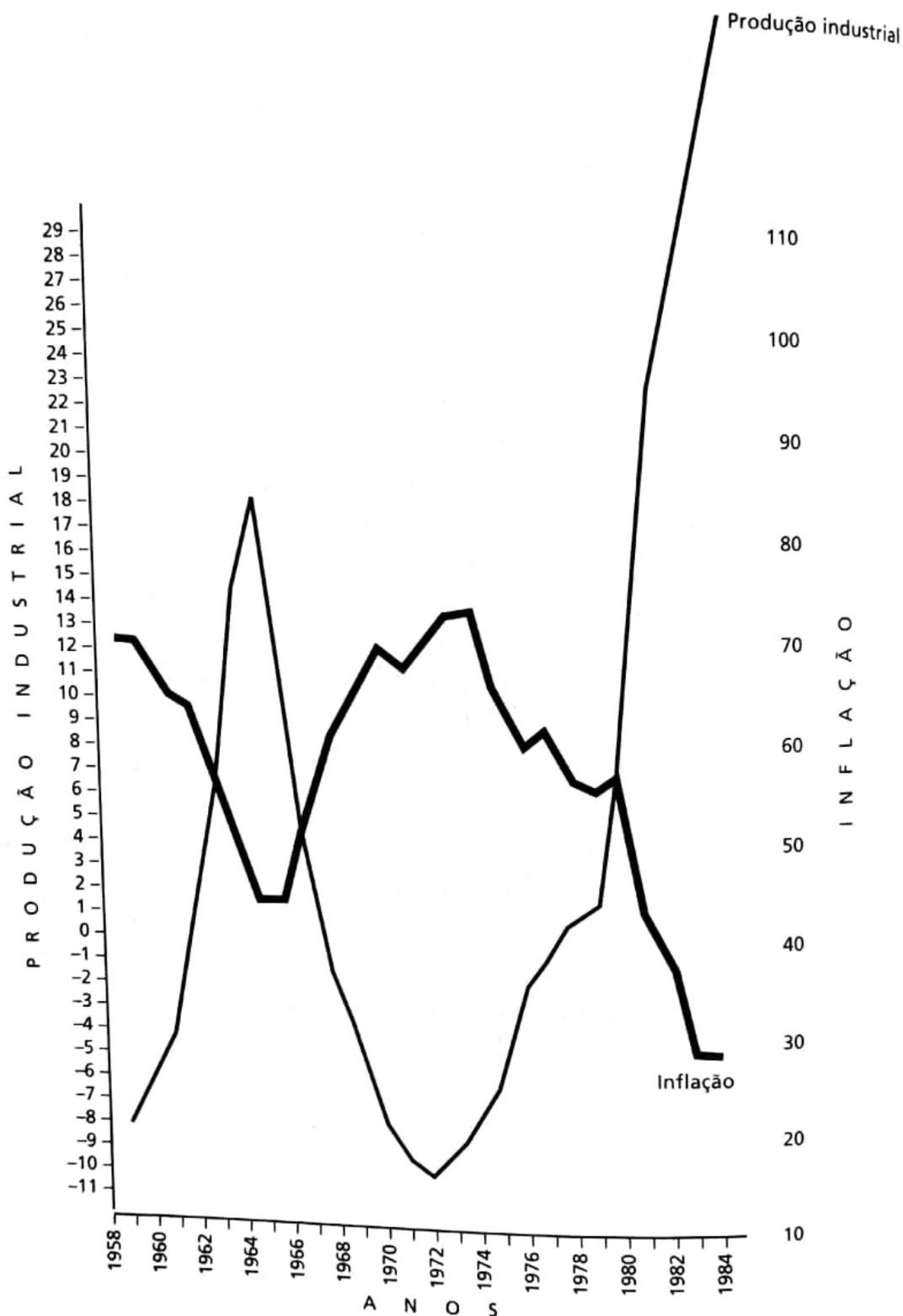
A INFLAÇÃO. Entre as peculiaridades da economia brasileira, ao longo do presente ciclo longo — notadamente a partir de 1958 — merece especial cuidado o problema da inflação. Pontualmente, esta se exacerba quando a conjuntura baixa, declinando, quando esta se eleva. Em meu livro *Economia: milagre e antimilagre*, de 1985, esse comportamento da economia brasileira foi comprovado, sem qualquer contestação, nem da esquerda, nem da direita. Não obstante, sucedem-se os “planos” que partem de premissa oposta, ao ponto de proporem recessões, como remédio à inflação.

A economia brasileira está sujeita, concomitantemente, a dois tipos de flutuações: (a) os ciclos longos, ou ciclos de Kondratiev, que são movimentos mundiais, aos quais sequer as economias socialistas podem escapar, e que duram meio século cada; (b) os ciclos breves (ou médios), menos regulares e de caráter menos universal, quando não simplesmente regionais ou mesmo nacionais.

Ambos esses ciclos encontram eco no processo inflacionário. Um fenômeno que nos países desenvolvidos começa a ser estudado sob a rubrica de “estagflação” — isto é, combinação da estagnação com a inflação — e que no Brasil é nosso velho conhecido. Inclusive sua recíproca, vale dizer a desaceleração da inflação, quando a conjuntura se eleva. Parece-me não vir sem propósito reeditar, neste posfácio, um quadro que ocupa as páginas 50-51 do meu opúsculo citado. E julgo desnecessário atualizar o quadro, que cobre apenas o quartel de século 1958-83.

Nada me agradaria mais do que receber uma contradita ao que, sob minha fé de ofício profissional, digo mais uma vez, ao reeditar esse quadro. O problema da inflação é sério e não pode continuar a ser tratado com o desleixo dos autores da inefável teoria da inercialidade.

Brasil: 1958-1983



Escala:

Inflação: $\frac{1}{4}$

Produção industrial: $\frac{1}{2}$

Médias trienais móveis:

$$\frac{1 + 2 + 1}{4}$$